



## **90ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA**

30 de maio de 2014 – 9h

### **PAUTA**

#### **Informes:**

#### **Expediente:**

- I. Posse do novo Conselheiro (Titular) – Representante da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente: Sr. HELGIS TORRES CRISTOFARO;
- II. Posse dos novos Conselheiros (Titular e Suplente) – Representantes do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES: Sr. ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI e Sr. IVO CARLOS VALENCIO;
- III. Aprovação da ATA da 35ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 09 de dezembro de 2013;
- IV. Aprovação da ATA da 36ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 13 de fevereiro de 2014;
- V. Aprovação da ATA da 86ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 18 de dezembro de 2013;
- VI. Aprovação da ATA da 87ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 31 de janeiro de 2014;
- VII. Aprovação da ATA da 88ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 28 de março de 2014;
- VIII. Sugestões de inclusão de Pauta.

#### **Ordem do dia:**

- I. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO CAVALCANTI (Processo nº 2013-0.044.003-0);
- II. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO GUAIANASES (Processo nº 2010-0.296.578-7);
- III. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO Comandante Taylor (Processo nº 2014-0.070.580-7);
- IV. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO SANTANA (Processo nº 2012-0.323.203-5);
- V. Apreciação e Deliberação sobre Prorrogação Contratual dos Serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Toronto (Processo nº 2012-0.266.231-1);
- VI. Apreciação e Deliberação sobre Prorrogação Contratual dos Serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Cemucam (Processo nº 2011 -0.264.557-1);
- VII. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada para o Parque do Grupo OESTE (Processo nº 2014-0.016.188-2);



- VIII. Apreciação e Deliberação sobre Contratação dos Serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Jardim Prainha (Processo 2013-0.091.785-3);
- IX. Apreciação e Deliberação sobre Contratação dos Serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Piqueri (Processo 2013-0.013.041-1);
- X. Apreciação e Deliberação sobre Complementação de valor para Contratação dos Serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Guarapiranga (Processo 2013-0.164.644-4);
- XI. Apreciação e Deliberação sobre Complementação de valor para Contratação dos Serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Guanhembu (Processo 2013-0.164.020-0);
- XII. Apreciação e Deliberação sobre Complementação de valor para Contratação dos Serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Sapopemba (Processo 2013-0.091.792-6);
- XIII. Apreciação e Deliberação sobre Contrato de serviços de Segurança e Vigilância patrimonial desarmada para o Parque do Carmo (Processo 2009-0.348.214-9);

**Anexos:**

Parecer do Processo nº 2013-0.044.003-0  
Parecer do Processo nº 2010-0.296.578-7  
Parecer do Processo nº 2014-0.070.580-7  
Parecer do Processo nº 2012-0.323.203-5  
Parecer do Processo nº 2012-0.266.231-1  
Parecer do Processo nº 2011 -0.264.557-1  
Parecer do Processo nº 2014-0.016.188-2  
Parecer do Processo nº 2013-0.091.785-3  
Parecer do Processo nº 2013-0.013.041-1  
Parecer do Processo nº 2013-0.164.644-4  
Parecer do Processo nº 2013-0.164.020-0  
Parecer do Processo nº 2013-0.091.792-6  
Parecer do Processo nº 2009-0.348.214-9



**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Daremos início à 90ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA. 30 de maio de 2014, 9h44. O Carlos já está chegando, então vamos iniciar a apresentação. Informes: expediente, a posse do novo conselheiro titular representante da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, senhor Elgis Torres Cristóforo aqui presente. Uma salva de palmas. Seja bem-vindo. Posse do novo conselheiro titular suplente, representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, CADES, Alessandro Luiz Oliveira Azoni e senhor Ivo Carlos Valêncio. Não estão presentes. Vamos passar para a aprovação da ata da 35ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA, de 9 de dezembro de 2013. Algum conselheiro ou conselheira tem alguma observação sobre a ata? Bom, então, quem estiver de acordo, permaneçam da maneira que estão. Votada. Aprovada a ata. Aprovação da ata da 36ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA, do dia 13 de fevereiro de 2014. Algum Conselheiro ou Conselheira tem algo? Quem estiver de acordo, permaneçam da maneira que estão. Aprovada por unanimidade. Aprovação da ata da 86ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 18 de dezembro de 2013. Algum conselheiro ou conselheira? Quem estiver de acordo, permaneçam da maneira que estão. Aprovada a ata. Aprovação da ata da 87ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 31 de janeiro de 2014. Algum conselheiro ou conselheira? Permaneçam da maneira que estão se estiverem de acordo. Aprovada. Aprovação da ata da 88ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 28 de março de 2014. Algum conselheiro ou conselheira quer fazer uso da palavra? Se estiverem de acordo, permaneçam da maneira que estão. Aprovada a ata por unanimidade. Sugestões de inclusão de pauta: algum conselheiro ou conselheira gostaria? Por gentileza, Conselheira Cristina.

**Cons. Cristina Antunes:** Bom dia. Cristina Antunes, (incompreensível), SAJAP. Eu pedi, em uma reunião anterior, que as Secretarias se posicionassem (incompreensível). Se posicionassem com relação à parte ambiental do Plano Diretor Estratégico. A gente sabe que esse tipo de plano vai ser votado antes do dia 11. Ou até o dia 11. E a gente tem uma enorme preocupação porque não tem um olhar dessa Secretaria com relação... Não tem um olhar, não. A gente quer saber qual é o olhar da Secretaria com relação ao capítulo ambiental. E eu gostaria que isso daqui fosse incluído na pauta, que o meu problema, eu não preciso dizer, que eu saio antes do fim, se ficar para o fim, eu não vou conseguir participar. Se for possível antecipar (incompreensível) porque têm questões que são prementes, e que a gente precisa levar, inclusive, com o Plano Diretor, (incompreensível) entidade, com o respaldo, ou não, da Secretaria.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Nós vamos fazer o seguinte: já está anotado. Assim que chegue o Ricardo Brandão que está cuidando dessa área, eu passo a palavra. Eu interrompo onde estivermos na sessão e passo para ele, a sua solicitação. Ordem do dia. Pois não, Sônia. Por gentileza.

**Cons. Sônia:** Sônia, do Morro do Querosene. Conforme eu falei na reunião passada e a gente está encaminhando esse procedimento, eu gostaria de receber a situação atual do orçamento do FEMA, e que tivesse, a cada início de reunião, uma explanação da situação do orçamento, para que a gente possa votar, entendendo o que está acontecendo.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** É o que nós vamos fazer agora. A solicitação de vocês vai ser feita. Vou passar a palavra ao Rubens...

**Cons. Sônia:** E a gente vai receber o...?



**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Vai receber.

**Cons. Sônia:** Obrigada.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Rubens, com a palavra.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Bom dia a todos. Antes ainda de a gente iniciar a pauta, eu queria colocar uma coisa para o Conselho, que é o seguinte: o prazo para entrega de projetos relativos ao edital FEMA 10, que é de agricultura agroecológica, se encerra hoje. E até ontem à tarde, nós não tínhamos recebido nenhum projeto, embora tenhamos atendido algumas instituições, tirando dúvidas a respeito do edital, pedindo alguns esclarecimentos. Mas, efetivamente, nós não recebemos nenhum projeto até agora. É possível que até o final do dia a gente receba. Porém, por uma questão de precaução, eu queria colocar para esse conselho... seja analisado pelo Conselho a possibilidade de uma prorrogação do prazo de entrega de projetos, para que as instituições tenham tempo hábil de fazer essa entrega. E aí, o prazo fica a critério do Conselho. Pode ser por mais uma semana, quinze dias, um mês... a nossa única preocupação é que se esse prazo for muito extenso, a gente vai avançando cada vez mais, e aí, talvez, a gente não consiga assinar os convênios ainda nesse exercício. E a ideia era que a gente assinasse o convênio agora, para que a gente já iniciasse, ou até o final do ano, ou no máximo, no início do ano que vem, já contando com o período fechado do ano. Então eu coloco aqui, em discussão, a possibilidade da prorrogação, talvez por uns 15 dias para que as instituições tenham a possibilidade de apresentar os seus projetos. Cristina, por favor.

**Cons. Cristina Antunes:** Quanto à prorrogação, Rubens, eu entendo que 15 dias seriam o suficiente, tudo bem. O que eu quero observar é que esse edital é extremamente restritivo. Quer dizer, tem muitas entidades que acompanham lá com a gente os editais, que gostariam muito de submeter projetos, mas esse edital excluiu drasticamente, talvez mais até do que aqueles dois (incompreensível), esse aqui excluiu uma série de entidades que poderiam fazer bons projetos. Mas foi muito restritivo. Eu não estava no Conselho quando... foi no CADES que foi aprovado...

**Secretário Executivo Rubens Borges:** O edital, ele foi aprovado aqui, em dezembro do ano passado.

**Cons. Cristina Antunes:** Sugestões do edital. Eu deixo esse comentário só como observação da parte do terceiro setor. Que realmente, você sabe, a gente poderia entrar... apresentar (incompreensível), mas não dá. Nesse edital, não tem jeito da gente participar. Como não tinha na época (incompreensível). O problema é seu.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Mais algum comentário? Não? Então coloco em votação a possibilidade da prorrogação, por mais 15 dias, do prazo de entrega de projetos relativos ao tema 10. Conselheira Bianca.

**Cons. Bianca:** Vocês estão divulgando o edital, como? Bianca, SEMPLA.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Ele foi divulgado pelo Diário Oficial, em jornal de grande circulação, pela internet, que a gente manda e-mail para as instituições. Então, ele foi amplamente divulgado. É que, como a Conselheira Cristina falou, ele é muito específico. Não é que ele seja restritivo. Mas ele é específico, que ele é focado em agricultura agroecológica, e o edital exigia que as instituições tivessem um conhecimento prévio a respeito do tema, para poder desenvolver os projetos. Então isso restringiu, realmente, um pouco, àquelas instituições que tenham experiência na área. Mas foi amplamente divulgado,



e as instituições que se sentissem capacitadas para esse tipo de projeto, podem apresentar projeto tranquilamente. Embora ele seja direcionado, ele não seleciona as instituições. Qualquer instituição que se sinta capacitada para isso, pode apresentar.

**Cons. Bianca:** Você acha que é o caso da gente... Não sei nem se dá tempo. Como é que funciona isso, de verdade. Mas em reformular, deixar... Só para fomentar, mesmo?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Reformular o edital, você está falando?

**Cons. Bianca:** É.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** O edital, ele já foi aprovado aqui, e publicado. Então, a mudança de regra agora, poderia gerar um transtorno, porque as instituições já se prepararam para aquele edital. Então, uma prorrogação de prazo, algo que tecnicamente não modifique o edital, é possível. Agora, se a gente tiver que mudar tecnicamente, aí nós teríamos que suspender esse edital e lançar um novo.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Abre um precedente que não tem.

**Cons. Cristina Antunes:** Com relação à sugestão da Bianca, seria uma situação extrema, mas se não entrar nenhum projeto (incompreensível), isso aqui eu acho que é um sintoma de que realmente... (incompreensível). Agora, já tem outro edital que está sendo elaborado, não tem? Não seria o caso de antecipar esse outro, substituir esse daqui por um outro, reconhecendo que esse daí, realmente, não teve...

**Secretário Executivo Rubens Borges:** É, porque na verdade, são linhas de apoios diferentes. Esse aqui é focado para a agricultura agroecológica. O que nós estamos trabalhando em parceria com a UMAPZ é um voltado para a Educação Ambiental. Então, se a gente antecipar, não vai resolver o problema, porque a linha de apoio do outro edital é outra. É diferente do previsto para o edital 10. Então para a gente não perder o edital, e como eu falei, a gente já teve algumas consultas a respeito de... esclarecimento de dúvidas do edital, então a gente ainda tem expectativa de que até o final do dia chegue algum projeto. Ou que seja postado pelo correio. Porque os projetos postados até a data-limite do edital, mesmo que chegue na próxima segunda ou terça- feira, eles vão ser aceitos porque foram postados dentro do prazo. Agora, se a gente prorrogar o prazo, a gente tem um fôlego a mais, e as instituições têm um fôlego a mais para poder apresentar os seus projetos.

**Cons. Cristina Antunes:** (incompreensível). Agora, a mensagem subliminar que a gente passa com prorrogações, assim: ah, então, tudo bem. Se eu não entregar no prazo, depois adia. Aliás, o imposto de renda era assim. Hoje não é mais. (incompreensível). Prazo é prazo. Tem que ser levado a sério, mesmo. Continuo achando que o problema é para você. Mas com a minha (incompreensível) não teve interesse, ou não teve...

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Se não houver nenhum projeto candidato ao tema, aí a gente anula, reformula, e republica o edital. Mas é assim: para não perder um trabalho de seis meses, pelo menos, que a gente vem trabalhando em cima desse edital. Esse Conselho analisou, aprovou e tudo, então seria uma forma da gente aproveitar esses seis meses de trabalho. Mas como eu coloquei aqui, é um critério do Conselho. Se o Conselho entender que prazo é prazo, e não se prorroga, tudo bem. Se não houver procura, a gente parte para um novo edital. Sem problemas. Então por isso que eu estou colocando isso na pauta do dia.

**Cons. Cristina Antunes:** Prazo é prazo.



**Oradora não identificada:** Qual é o valor do recurso que está destinado a esse edital?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** É 1,5 milhão de reais, com limite, por projeto, de até 375 mil, que seriam quatro projetos de 375 mil, aproximadamente. Pode ter mais, se o valor for menor. Se de repente, as instituições apresentam projetos com valores menores, a gente pode ampliar o número de projetos.

**Cons. Cristina Antunes:** Eu lamento essa questão de ter sido um ponto tão limitado, até porque esse valor aí, a gente está procurando às dúzias aqui, para projetos da Secretaria. Eu sempre acho que o valor que é destinado para esses projetos do edital são desproporcionalmente baixos com relação (incompreensível). Agora, projetos nessa faixa, (incompreensível) para projeto tão restrito assim, realmente, não sei quantas entidades teriam condição de apresentar. Mas talvez isso, esperar até o fim do dia. É que eu acho assim, Rubens, se até o fim do dia não chegar nenhum, é porque não tinha mesmo. Não teve interesse. Se vocês tiverem possibilidade de entrar em contato com essas que consultaram, (incompreensível), posso fazer esse daqui, se não conseguiram, se não... Não acho que seja por causa de prazo.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Vamos colocar em votação se prorroga ou não. Cabe aos senhores conselheiros e conselheiras.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Podemos ir à votação, então? Então os Conselheiros que são favoráveis à prorrogação do prazo por mais 15 dias, para apresentação de projetos do FEMA 10, permaneçam como estão. Então são 3 votos a favor, e uma abstenção. Bom, então agora, podemos seguir para a nossa pauta. Então inicialmente, conforme solicitado...

**Cons. Sônia:** Posso fazer só uma solicitação? Eu não me pronunciei na aprovação das atas, mas como eu não estava presente em nenhuma dessas reuniões, eu queria me abster, pode ser?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Se houver abstenção, na verdade, nós teríamos dois votos a favor e duas abstenções. Estaria aprovado porque os votos não são contrários.

**Cons. Sônia:** Estou falando da aprovação das atas. Que eu não estava presente nessas reuniões.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Tudo bem, Conselheira. Só que eu peço, na próxima vez, na hora que estiver sendo feito, aqui, faça...

**Cons. Sônia:** Pode deixar. Eu fico mais atenta.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Rubens, por gentileza.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então vamos lá. Bom, inicialmente, a gente fez um quadro demonstrativo dos recursos do FEMA, do que foi aplicado. Que a pedido desse Conselho, foi solicitado tudo que tinha sido aprovado, tudo que tinha sido efetivamente gasto. Então nós fizemos um levantamento que está projetado ali. Não sei se está muito visível, porque algumas coisas a gente teve que colocar colorido. Esse quadro, ele tem a data da emissão dos empenhos, o objeto, qual é o objeto de cada um dos processos, os valores empenhados em cada uma dessas datas, e o valor total, que está em negrito no final, aqui. O valor efetivamente liquidado, ou seja, o que foi empenhado é o que nós temos de compromisso para pagar. O que foi liquidado é o que realmente já foi pago. É o que foi



efetivamente pago. E o saldo que tem a pagar ainda, até o final do contrato. Aqui nós temos duas colunas de aprovação. Então nós temos aprovação 1 e aprovação 2, porque em alguns casos, a gente teve duas resoluções, uma complementar a outra, de um mesmo processo. Então a gente tem aprovação 1 e aprovação 2, e depois, para resumir o valor, eu coloquei total aprovado, que seria a somatória das duas aprovações. Então eu tenho aqui por projeto, e tenho a totalização no final. Então, para o Parque Linear Feitiço da Vila, que era implantação, que são obras nesse caso, nós tivemos R\$ 2.170.000,00 aprovados pelo Conselho. E foi empenhado, R\$ 1.640.000,00. Então não teve nada liquidado até o momento, que a obra ainda está em fase de licitação, possivelmente. Então não houve liquidação até o momento. Aí a gente entra nos processos que não são obras, mas que são serviços da Secretaria, e que passaram a constar das pautas do CONFEMA. Então nós temos manejo e conservação dos parques do grupo Ciência. Nós tivemos um total aprovado de R\$ 1.951.000,00. Temos empenhado R\$ 990.000,00, e não foi nada liquidado até o momento. Para o Parque do Carmo, vigilância patrimonial do Parque do Carmo, nós temos R\$ 858.000,00 aprovados e temos R\$ 2.668.084,35 empenhados. Liquidado, R\$ 443.000,00. Então restam R\$ 2.200.000,00 para pagamento, ainda. Esse caso, eu vou até colocar aqui já, porque nós vamos encontrar isso mais em alguns momentos, o valor que foi aprovado pelo CONFEMA é R\$ 858.000,00. E o valor efetivamente empenhado foi R\$ 2.668.000,00. Então nós temos uma diferença do que foi aprovado para o que foi efetivamente empenhado. Embora esse recurso não tenha sido gasto. Os R\$ 858.000,00 não foram gastos porque só R\$ 443.000,00 é que foram efetivamente pagos. Mas existe aqui uma diferença entre o valor aprovado e o valor empenhado. E aí eu não sei se o Jairo já queria colocar alguma coisa, ou se a gente continua, e depois a gente aborda todos os casos. Conselheira Bianca, por favor.

**Cons. Bianca:** Bianca, SEMPLA. Eu queria entender. Aqui, por exemplo, tem o número do processo, e tem a data. E tem um empenho de R\$ 872.000,00 e **R\$ 207.000,00**. Qual que é a diferença? Tem o mesmo nome, é o mesmo objeto.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Como assim?

**Cons. Bianca:** Por que ele está...

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Ah, sim. São dois empenhos diferentes.

**Cons. Bianca:** Isso. É só...

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Isso é procedimento contábil. Talvez o Sérgio ou o Jairo...

**Cons. Bianca:** São serviços diferentes? Só para entender mesmo, assim.

**Jairo Galera:** Bom dia a todos. Jairo, do DAF. Na realidade, nós temos dois empenhos, porque a gente faz um empenho só do contrato, e às vezes a gente faz um empenho paralelo para atender reajustes. Então, em alguns casos, é para atender reajustes, ou é para complementar. De repente, na hora que empenhou o primeiro, na hora de fazer os cálculos, alguém muda um número lá, errou nas contas, aí faz o do reajuste, faz o do complemento.

**Cons. Bianca:** Dessa parte eu entendo. Então está relacionado ao empenho?

**Jairo Galera:** Está relacionado.



**Secretário Executivo Rubens Borges:** É o empenho. Conselheira Cristina. É porque essa planilha é relativamente grande. E se a gente for caso a caso, talvez a gente se estenda. Não sei. Fica a critério do Conselho. Mas...

**Cons. Sônia:** No caso de uma diferença, eu acho bom...

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Podemos seguir?

**Cons. Sônia:** No caso dessa diferença, eu acho que seria interessante já escutar.

**Jairo Galera:** Na realidade, vamos ter a diferença em outros processos, também. Então a gente pode passar tudo de uma vez, depois, para vocês.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Ou se você quiser explicar agora, e depois já fica explicado...

**Jairo Galera:** Na realidade, é o seguinte: com essa correria nossa, essa maluquice de você estar com contratos vencendo, estar com contratos aí para vencer, está com esse desespero todo, foi aprovado no FEMA? Foi. Tem uma (incompreensível)? Tem. Mas aí na hora de você fazer o empenho, na hora de fazer o despacho, faz-se o despacho e encaminha-se para Finanças. Finanças, acaba não voltando o processo para dar uma olhada. Não, tem um despacho. Foi autorizado a não fazer. A pressa é em fazer para não perder o contrato. E o que está acontecendo com esses contratos, esse, do Ibirapuera, deve ter mais uns dois aí, foi a mesma coisa. Há um despacho dizendo: Cumpre-se, aprova-se ou empenha-se. Então na hora de empenhar, Finanças não está voltando atrás no processo... Pode até dar uma olhada. Tem um despacho. Alguém já viu, alguém já autorizou. Então, o que aconteceu é uma falha nossa que a gente vai tentar corrigir agora. Houve realmente uma falha na hora de você empenhar. Se empenhou o que estava no despacho. Quem fez o despacho fez o despacho em um valor... voltou o processo, olhou... olha, vai precisar de X. Vamos fazer o despacho no valor de X. Acabou se passando por cima da resolução, e não se viu o que estava na resolução. Então aprovou-se o que estava pedido antes. Então é uma forma que a gente vai ter que corrigir e agora.

**Cons. Sônia:** É Sônia do Morro do Querosene. Como só está empenhado, é possível voltar atrás, é isso?

**Jairo Galera:** Com certeza. Que nem você vê ali. Foram empenhados dois milhões, mas foram liquidados 400 mil. Ou seja, metade do que foi autorizado. Então existe essa possibilidade de corrigir tudo isso, antes que o sistema.

**Cons. Sônia:** Isso significa que o dinheiro vai voltar, está disponível no Fundo?

**Jairo Galera:** O dinheiro vai continuar disponível no Fundo.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Bom, então, continuando, o próximo é manejo e conservação dos parques Villas Boas. Foi aprovado R\$ 496.626,37. E tem um empenho de R\$ 498.985,00. Essa diferença, talvez seja por conta de reajuste.

**Jairo Galera:** É atualização e correção e reajuste do contrato.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Que aí são menos de dois mil reais, nesse caso. Serviço de vigilância patrimonial para os parques do Grupo Leste. A gente tem R\$ 378.000,00 aprovados, e R\$ 567.000,00 empenhados, e tem só R\$ 174.000,00 liquidados.





Então é o mesmo caso do anterior. Vigilância patrimonial dos parques naturais. Nós temos R\$ 923.557,20 aprovados, e têm R\$ 2.908.000,00 empenhados, mas liquidados, só R\$ 310.000,00. Aqui nós temos o manejo dos parques do grupo Anhanguera. Então nós temos R\$ 1.152.000,00 aprovados e temos R\$ 867.000,00 empenhados. Então aqui, a gente tem uma sobra, que são possíveis empenhos que ainda podem ocorrer. No manejo do grupo de parques Guarapiranga, tem R\$ 438.000,00 aprovados, R\$ 843.000,00 empenhados, mas liquidados só R\$ 151.000,00. Vigilância dos parques municipais lineares e áreas desapropriadas: tem R\$ 1.328.000,00. R\$ 2.643.000,00 empenhados. Mas não teve nada liquidado. Então não houve comprometimento do recurso até o momento. Para o manejo e conservação do grupo de parques Herculano, R\$ 1.602.000,00 aprovados, R\$1.700.000,00 empenhados, mas liquidado, R\$ 327.000,00. Vigilância desarmada para o Parque Tenente Faria Lima. Nesse caso, nós não tivemos aprovação. Esse processo não passou aqui por nós. Existe um empenho de R\$ 67.000,00, mas não houve liquidação desse recurso até o momento. Serviço de manejo dos parques naturais Bororé, Itaim, Jaceguava, Varginha e Cratera da Colônia. Tem R\$ 1.149.000,00 aprovados, R\$1.166.000,00 empenhados, mas não houve liquidação até o momento. Manejo e conservação do parque municipal do Carmo. Nós temos R\$1.398.000,00 aprovados. Empenhados, R\$1.573.000,00, mas não houve liquidação até o momento. Manejo do Parque do Ibirapuera: nós temos R\$ 2.115.000,00 aprovados, R\$ 4.841.000,00 empenhados, e liquidados, R\$1.906.000,00. Então o valor liquidado ainda não chegou ao teto aprovado pelo CONFEMA. Vigilância patrimonial desarmada do Grupo Sul. Nós temos R\$ 830.000,00 aprovados, R\$ 1.232.000,00 empenhados, mas não houve liquidação até o momento. Prorrogação do serviço de vigilância dos parques do grupo Anhanguera. Nós temos R\$ 2.130.000,00 aprovados, R\$ 1.758.000,00 empenhados, e R\$ 639.000,00 liquidados. Vigilância dos parques municipais do Grupo Leste. Nós temos R\$ 6.274.000,00 aprovados, e temos R\$ 2.112.000,00 empenhados, e R\$ 396.000,00 efetivamente liquidados.

**Jairo Galera:** Só um complemento: vigilância do grupo Leste está entrando em licitação agora, dia 18/6.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** É. Um valor é para prorrogação. Que foi para prorrogação e...

**Jairo Galera:** É. Na realidade é: você prorroga e você pode utilizar o mesmo recurso para o contrato novo, sobrando.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Vigilância patrimonial do grupo Centro-Oeste. Têm R\$ 2.934.000,00 aprovados, R\$ 1.961.000,00 empenhados, e R\$ 412.000,00 efetivamente liquidados. Manejo e conservação do parque natural Fazenda do Carmo: têm R\$ 158.000,00 aprovados, R\$ 473.000,00 empenhados, mas R\$ 101.885,00 efetivamente liquidados. Vigilância e segurança do Parque da Luz: não passou aqui pelo CONFEMA, então não houve aprovação e nesse caso, nós temos R\$ 102.000,00 de empenho e R\$ 102.000,00 efetivamente liquidados. Então aqui nós temos...

**Jairo Galera:** Esse aí não é relatório de 2013? Se eu não me engano, é relatório de 2013.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** É. A data do empenho é 30/1.

**Jairo Galera:** Pois é, mas ele já vem do ano passado, esse.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Aí nós temos manejo e conservação do grupo de parques Piqueri. Têm R\$ 2.233.000,00 aprovados, R\$ 1.648.000,00 empenhados, e R\$ 520.000,00 liquidados. Aqui nós temos uma obra do sistema viário de implantação de um



terminal de transferência da SPTrans. Esse processo não foi submetido ao CONFEMA. E nós temos R\$ 3.264.000,00 empenhados, e R\$ 2.250.000,00 transferidos para a SPTrans.

**Jairo Galera:** Esse do transporte, do terminal, é o mesmo do trólebus e é do ano passado, também. É o único que nós temos lá. Nesse valor aí, a gente verificou tudo.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Como consta obra de sistema de implantação de terminal de transferência, o que foi aprovado no sistema de trólebus aqui, era a substituição do cabeamento...

**Jairo Galera:** É. Mas eu acho que foi esse. Alguma coisa está errada nesse nome que foi dado aí. Nesse assunto, aí. Porque a única coisa que nós temos de transporte, e que passa pelo FEMA é o do trólebus. Esse aí pode ter sido digitado, feito errado o assunto desse processo, aí. Precisaria dar uma verificada.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Como eu não tenho acesso (incompreensível).

**Jairo Galera:** É. Precisaria pegar o processo, porque até ontem, ao final da tarde, a gente começou a verificar todos os processos da SP Transportes. E a gente só tem de trólebus, lá. Esse nome aí apareceu, mas nós não sabemos. O valor coincide com o do trólebus. Na hora de fazer a resolução, alguém pode ter trocado, ou pegou do início do processo, ou de alguma forma, ou pegou o assunto...

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Não. Na verdade, isso é o que consta cadastrado no sistema. A solução que nós temos é para o trólebus, mesmo.

**Jairo Galera:** Talvez precisava corrigir em sistema. Porque quem cadastrou primeiro no sistema, cadastrou errado. Porque a única coisa que nós temos de transporte, é o trólebus, e o valor coincide com o que a gente já fez até agora.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Se for esse caso, tem aprovação.

**Cons. Bianca:** É muito fácil ver isso. É só ver pelo número do processo, e abrir o processo. O processo está aí?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Não. O processo está na SPTrans. Por isso que nós não tivemos acesso ao processo. A gente só viu pelo sistema.

**Cons. Bianca:** Entendi.

**Jairo Galera:** Alguém, na hora de cadastrar, ao invés de fazer pelo trólebus, cadastrou errado.

**Cons. Bianca:** Não. Isso acontece de fato. Mas tem que dar uma olhada, mesmo.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** A Laressa está confirmando aqui, pelos relatórios dela, que se refere... É do sistema? Que se refere, realmente, às aprovações anteriores do CONFEMA. Mas a gente vai verificar, assim mesmo. Nós vamos pedir o processo para verificar se é esse mesmo, o caso. Bom, próximo é serviços de manejo e conservação do grupo SEMUCAN. Nós temos R\$ 3.129.000,00, a somatória dos valores aprovados, R\$1.603.000,00 empenhados, e R\$ 459.000,00 efetivamente liquidados. Manejo e conservação do grupo de parques do Xangrilá. Têm R\$ 953.000,00 aprovados, R\$1.032.000,00 empenhados, e R\$ 320.000,00 liquidados. Manejo e conservação dos



parques do grupo Luz: R\$1.416.000,00 aprovados, R\$ 1.488.000,00 empenhados, R\$ 587.000,00 liquidados efetivamente. Manejo e conservação dos parques do grupo Vila Prudente. R\$ 606.000,00 aprovados pelo CONFEMA, R\$ 738.000,00 empenhados, e R\$ 312.000,00 efetivamente liquidados. Aí eu tenho manejo e conservação dos parques do grupo do Rodeio. Esse não foi passado por aqui. Temos R\$ 1.334.000,00 empenhados, e R\$ 305.000,00 liquidados.

**Jairo Galera:** O Grupo Rodeio, na realidade, é de 2013. A aprovação é lá atrás, no passado, e que realmente não foi feito nada. Não tinha sido feito nada, e não foi feito ainda. Então por isso que está aparecendo aí. A Conselheira Cristina vem batendo com relação ao Grupo Rodeio em todas as reuniões. Não é o seu... Ah, o Cordeiro, desculpe. Mas é coisa que foi aprovada... Esse foi aprovado acho que o ano passado. Precisaria dar uma verificada nas resoluções de 2013, porque não foi feito nada. Talvez não tinha sido feito ainda. Ou então veio da resolução do meio do ano passado.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então, as resoluções que nós levantamos de 2013, foram debitadas, que eram para o período de 2013. Agora, esse período aqui, esses R\$ 305.000,00 é de 2014. Para esse, nós não temos a aprovação.

**Jairo Galera:** Mas a gente vai verificar isso aí.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Conselheira Bianca.

**Cons. Bianca:** Gente, tira uma dúvida para mim: o que acontece com as aprovações de 2013? Elas continuam valendo? O meu entendimento, é que as aprovações de 2013 acabavam quando o exercício de 2013 acabava também.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então, algumas resoluções foram feitas até o final de 2013. Não sei se vocês estão lembrados, era até 31/12. Outras, eram parte do recurso para 2013, e a gente aprovava parte para 2014. Então dependendo de como saiu na aprovação do Conselho, a gente tem algumas aprovações que ultrapassaram o exercício financeiro para 2014.

**Cons. Bianca:** Mas só nessa condição. Só na condição de que no processo estava especificado de que em 2014 ia usar o dinheiro.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Exato.

**Cons. Bianca:** Outros processos que em 2013 não tinham essa previsão, não pode ser utilizado dinheiro do exercício de 2014?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Por exemplo, vamos supor: tem uma obra em andamento. E a obra atrasou. Então, a liquidação, ela vai ser concluída em 2014. Então vai onerar 2014. Mas já teve uma aprovação desse recurso anteriormente. Então, nesse caso, não volta para o CONFEMA. Porque nós já temos o valor total da obra aprovado.

**Cons. Bianca:** Entendi.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** É só liquidação que vai ser feita em outro momento.

**Cons. Bianca:** A partir do momento que a gente tem a aprovação, pode ser feito... A aprovação, ela permite a reserva ou o empenho?



**Secretário Executivo Rubens Borges:** Ela permite a reserva e empenho.

**Cons. Bianca:** Mas para fazer a reserva, precisa necessariamente da aprovação?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Sim. Aí a gente precisa... Porque a reserva, na verdade, ela pode ser cancelada a qualquer momento.

**Cons. Bianca:** Empenho também?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Sim. Mas o empenho, ele precisa de um despacho do Secretário, e tal. Porque o empenho é o compromisso da contratação. A reserva é um recurso que a gente reserva do orçamento para dar andamento em uma licitação, em uma futura contratação. Então até o período da reserva, não existe o comprometimento daquele recurso com o fornecedor. O empenho não. O empenho, depois da licitação, ele é realizado. Então, os valores que nós temos empenhado é aquilo que realmente é o que está para ser pago. Pode não ter sido liquidado, mas ele tem o compromisso de pagamento. As reservas, não. A reserva, ela tem um pouco mais de flexibilidade.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Conselheira Cristina, com a palavra.

**Cons. Cristina Antunes:** Como é que a gente vai saber quais desses projetos aqui foram aprovados em 2013? (incompreensível) Estão com data do dia da aprovação aqui, não é isso? Pelo que eu entendi, ele foi submetido ao...

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Essas datas são as datas do empenho, não da aprovação. Essas datas que nós temos aqui são as datas em que foram realizados os empenhos. A coluna de datas. Se vocês olharem na coluna de aprovação, têm alguns que estão lá, seiscentos... Por exemplo, eu vou pegar aqui o parque Benemérito Brás, que é esse aqui. Eu tenho R\$ 637.000,00, sendo R\$ 91.000,00 para janeiro de 2014, e R\$ 546.000,00 para prorrogação. Então nesses casos em que é desmembrado, ou para 2013, 2014, ou que é para um período e depois para prorrogação, está especificado nesse quadro. O que nós temos o valor cheio é o que está aprovado para este ano, para 2014. Então vamos supor: no anterior, nós temos R\$ 1.109.000,00 aprovados. É R\$ 1.109.000,00 para 2014. Deu para entender? Quando é o valor cheio, não tem observação nenhuma, é o valor aprovado este ano para 2014. Quando nós temos valor quebrado, uma parte para 2013, uma parte para 2014, no quadrinho está especificado: então no debaixo ali, depois do parque Toronto, a gente tem o Benemérito Brás, que é um exemplo desse ano aqui. Nós aprovamos R\$ 91.000,00 para o mês de janeiro, e depois, um outro valor para prorrogação contratual. Nos casos de 2013, tem lá, tanto para 2013 e tanto para 2014. Então está especificado no quadrinho, até para vocês terem uma visualização melhor das aprovações. Bom, então nos paramos no Parque Rodeio. O Rodeio então, nós temos aprovados... Não foi passado pelo CONFEMA. Nós temos R\$ 1.258.000,00 aprovados, R\$ 1.334.000,00 empenhados, e R\$305.000,00 efetivamente liquidados. Manejo de áreas verdes do grupo de parques Aclimação. Têm R\$ 1.491.000,00 aprovados, R\$ 2.229.000,00 empenhados, mas não houve liquidação até o momento. Manejo e conservação dos parques do grupo Toronto: R\$ 1.109.000,00 aprovados, R\$ 1.067.000,00 empenhados, e R\$ 516.000,00 liquidados. Manejo de parques do grupo Benemérito Brás: nós temos R\$ 637.000,00 aprovados, R\$ 455.000,00 empenhados, e R\$ 164.000,00 liquidados. Segurança e vigilância do Parque do Ibirapuera: esse não passou por aqui, o serviço de vigilância, não passou pelo CONFEMA. Têm R\$ 6.194.000,00 empenhados, e R\$ 1.624.000,00 liquidados.

**Jairo Galera:** Esse do Parque do Ibirapuera, a gente examinou o processo todinho. A gente vinha todo ele, em cima da 2710. Todo ele foi feito em cima da 2710. Na hora que foi feito o



despacho pelo jurídico para o chefe de gabinete, para autorizar a reserva e o empenho, foi colocado 9410 no despacho. Quando chegou em Finanças, o pessoal de Finanças fez o 9410. Era o que estava no despacho. Então esse é um processo que nós vamos ter que sentar com a chefia de gabinete, com o Secretário, e resolver o que vai fazer. Porque realmente, houve uma falha. Foi colocado o despacho como 9410, quando o processo todo vinha na 2710. Por isso que ele não passou pelo CONFEMA. Então nós vamos ter que corrigir isso a nível de gabinete, agora.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Bom, o próximo é o Serviço de Vigilância do...

**Cons. Sônia:** Desculpa. Corrigir a nível do quê?

**Jairo Galera:** A nível de gabinete, porque é o seguinte: esse valor aí vai ter que reverter depois, para o FEMA. Ou reverte o valor que foi gasto para o Fundo, e faz na 2710. Alguma coisa a gente vai ter que fazer em cima desse processo para poder corrigir.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Um ajuste contábil?

**Jairo Galera:** Um ajuste contábil. Vai ter que fazer. Isso a gente já estava... Ontem, a gente viu o processo todinho com relação a isso aí. Aí eu peguei e fui folheando todinho. Aí ele vem todinho na 2710, 2710, que é a dotação da Secretaria. Na hora que fizeram o despacho para a chefia de gabinete autorizar a reserva, alguém colocou 9410 o despacho. Quando veio para Finanças, Finanças pegou o despacho e fez o empenho no valor que está o despacho. Ou na dotação que estava no despacho. Nós vamos ter que fazer um ajuste contábil disso aí.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Próximo é Serviço de Vigilância do Grupo Sapopemba. Foram aprovados R\$ 2.059.000,00. Estão empenhados R\$ 2.059.000,00, e têm R\$ 946.000,00 liquidados. Vigilância dos parques do Grupo Norte: têm R\$ 1.265.000,00 aprovados, R\$ 3.795.000,00 empenhados, e R\$ 638.000,00 efetivamente liquidados. Vigilância patrimonial desarmada dos parques do grupo Orla do Guarapiranga. Têm R\$ 1.331.000,00 aprovados, R\$ 1.183.000,00 empenhados, e R\$ 242.000,00 liquidados. Manejo e conservação do grupo de parques Pinheirinho d'Água. Têm R\$ 1.124.000,00 no total, aprovados. R\$ 720.000,00 empenhados, e R\$ 467.000,00 liquidados. Serviços de manejo e conservação dos parques do grupo Jacques Cousteau - têm R\$ 932.000,00 aprovados, exatamente o mesmo valor empenhado, e R\$ 388.000,00 liquidados. Manejo e conservação dos parques do grupo Ciência. Têm R\$ 687.000,00 aprovados, e não houve empenho até o momento. Manejo e conservação do grupo Zilda Arns. R\$ 976.000,00 aprovados, R\$ 1.038.000,00 empenhados, e R\$ 318.000,00 liquidados. Manejo e conservação dos parques do grupo Colina. R\$ 573.000,00 aprovados, R\$ 575.000,00 empenhados, e R\$ 142.000,00 liquidados. Eu estou arredondando os valores. Senão fica muito quebradinho. Serviços de manejo e conservação dos parques do grupo Jardim Prainha. São R\$ 448.000,00 aprovados, exatamente o mesmo valor empenhado, e R\$ 62.000,00 liquidados. Prorrogação do manejo e conservação de parques do grupo do Cordeiro: têm R\$ 434.000,00 aprovados, o mesmo valor empenhado, e R\$ 179.000,00 liquidados. Conservação e manutenção do parque Lions Tucuruvi. R\$ 994.000,00 aprovados, R\$ 994.000,00 empenhados, e R\$ 330.000,00 liquidados. Serviço de infraestrutura e recuperação do Parque Sapopemba. Foi através de registro de ata de RP. Têm R\$ 1.311.000,00 aprovados, R\$ 133.000,00 empenhados, e nada liquidado até o momento. Obras de manutenção do parque linear Consciência Negra: R\$ 366.000,00 aprovados, o mesmo valor empenhado, e não houve liquidação. Contenção do Córrego Caguaçu, não passou aqui. Têm R\$ 5.915.000,00 empenhados, e R\$ 3.545.000,00 liquidados.



**Jairo Galera:** Precisa verificar esse do Sapopemba, porque ele pode ter sido alterado... Foi aprovado ano passado, e era para fazer tudo com Crédito de Carbono.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** É. Na verdade, esse ele... como Crédito de Carbono. Esse Contenção do Córrego Caguaçu. Que finalizando, nós temos o serviço de obras e manutenção geral do Parque Aclimação, foi aprovado R\$ 581.000,00, foi empenhado exatamente o mesmo valor, e foram liquidados R\$ 406.000,00 até o momento. E a pavimentação do leito da Via Maria Trindade no Parque Anhanguera. Foram aprovados R\$ 2.109.000,00, estão empenhados R\$ 2.109.000,00, foram liquidados R\$ 492.000,00. Aqui embaixo, a gente tem um quadrinho à parte, que eu só acrescentei porque ele refere-se aos ecopontos. Então ele não está dentro dos nossos contratos. Mas nós tivemos nove ecopontos aprovados até o momento, que dá R\$ 2.113.886,75. Bom, tem aqui os totais. Então nós temos uma diferença entre o que foi efetivamente aprovado, que dá R\$ 55.067.000,00 aprovados pelo CONFEMA, mas nós temos de empenho, R\$ 72.000.000,00. Ou seja, tem uma diferença entre o valor aprovado e o valor empenhado. Porém, o que foi efetivamente liquidado dá R\$ 20.391.000,00. Então o que foi pago, efetivamente, é menos do que foi efetivamente aprovado pelo CONFEMA.

**Jairo Galera:** Sim. A observação é a mesma. Nós estamos fazendo todos os ajustes contábeis aí, para resolver essas diferenças, aí. Que a gente encontrou realmente é uma... não existe nenhum documento, a gente vai ter que... Nós vamos ter que fazer os ajustes contábeis aí. O que acontece? Eu tenho alguns processos que foram... Se vocês repararem, já tem repetido, às vezes, o mesmo valor. Na hora de fazer o empenho, a pressa... Não, faz o empenho disso aqui. Aí vai lá, faz o empenho. Daqui a pouco vem outro: já fez o empenho? Não. Vai lá e faz de novo. Então muita coisa a gente vai ter que rever, têm duplicidade que a gente já percebeu em alguns casos. Então nós estamos fazendo uma revisão com calma, de todos esses processos. Processo a processo, verificar o que aconteceu, e fazer os ajustes. Porque realmente, não pode passar do que foi aprovado.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** De qualquer forma, eventualmente aqueles que tenham sido empenhado ou liquidado um valor maior do que o que foi aprovado aqui, esses processos terão que voltar para cá, serão analisados pela Comissão de Avaliação, e serão submetidos ao Conselho, para que possa ser feita uma regularização. A gente vai estudar caso a caso, processo a processo, e aqueles em que houver necessidade eles passarão aqui pelo Conselho.

**Cons. Sônia:** Eu quero ressaltar a gravidade da situação que foi exposta aqui, agora. Eu acho que para mim foi surpreendente. Realmente, muito grave. Então eu queria alguns esclarecimentos com relação a esse processo daqui para frente. No caso dos não-aprovados e empenhados, significa que eles vão voltar para cá, e caso eles não sejam aprovados?

**Jairo Galera:** É ajuste contábil. Nós vamos ter que recorrer...

**Cons. Sônia:** O que significa ajuste contábil?

**Jairo Galera:** Recorrer a recursos na dotação da Secretaria. E devolver... Realmente... O que não foi... Na realidade, o que não é usado do FEMA, ele não sai da conta. Mas aí, a gente vai ter que ajustar com os da Secretaria.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Com a palavra, a Conselheira Bianca.



**Cons. Bianca:** Primeiro, eu quero parabenizar quem fez essa tabela. Todo o esforço de vocês. Parabéns. Ela está extremamente...

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Nós e o Fernando, que é mais um membro da equipe que não pôde estar aqui, agora.

**Cons. Bianca:** Está extremamente didática. Eu acho que dá para entender bastante o que está acontecendo. Deu para atualizar a gente de como estão as coisas. É um problema que a gente vai ter que resolver. Mas de qualquer maneira, eu parabeno. Que realmente, deve ter sido um baita de um esforço fazer isso. Eu faço um milhão de tabelas. Eu sei o quanto dá trabalho. Ficar batendo, e todos os estudos. E olhar todos os processos para ver o que está certo e o que não está certo. Eu acho que primeiro, parabéns. Agora, vamos ao problema.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Cristina, por gentileza. Tinha pedido antes, Sônia. Eu já passo para você.

**Cons. Cristina Antunes:** Eu reitero a palavra da Bianca. Eu não faço tabelas (incompreensível). Quando você diz, Jairo, que (incompreensível) tem que fazer com o orçamento. A gente está sempre ouvindo que o orçamento não tem dinheiro. Ele tem já a obra já andando com dinheiro do FEMA, e o FEMA tem que achar dinheiro do orçamento...

**Jairo Galera:** Vamos ter que cancelar o que estiver não sendo utilizado e recorrer. A gente tem, no orçamento nosso, da Secretaria. No início do ano a gente faz todas as reservas e os empenhos para os contratos de continuarmos. E a gente tem sempre recurso para aquisição de uma ou outra coisa, uma emergência. A gente acaba sempre tendo um recurso disponível. E nesses casos aí, o que a gente vai ter que fazer, ou cancelamos o contrato, e não damos continuidade, e de qualquer forma, nós vamos ter que fazer uma rapa, que a gente chama... fazer uma limpeza em todas as dotações, ver o que está sobrando e que pode ser utilizado e vamos utilizar para isso. O que não podemos é deixar nesse formato que está, que realmente está irregular.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Ou pedir um crédito adicional suplementar, se for o caso.

**Cons. Cristina Antunes:** Certo. Essa diferença entre o aprovado e o empenhado, que às vezes tem que pegar maior que o aprovado, vai entrar nessa malha...

**Jairo Galera:** Vai. Vai entrar nessa malha fina. Provavelmente vai ser diluído, porque como a gente empenhou e não utilizou, com exceção do Parque do Ibirapuera, que foi utilizado um milhão e pouco, o que não for utilizado vai voltar para a conta. Não tem como. A gente simplesmente cancela o saldo do empenho e volta para a conta. Se não é utilizado, não é utilizado.

**Cons. Cristina Antunes:** Vou dar mais um exemplo (incompreensível), exatamente a mesma empenhada. Tem o saldo a pagar e tem o valor já liquidado. Eu não sei se é pedir demais, porque imagino o trabalho que se dá, é possível a gente saber no que foi aplicado (incompreensível)? A gente não tem a clareza de onde é que foi usado o dinheiro. Porque os itens que estão elencados, a gente teria que bater. O que está elencado e o que está dando o valor que foi liquidado. Mas o que (incompreensível) os mais caros, não aconteceram. Por exemplo, nesse momento, não se tem contrato de vigilância, porque não tem dinheiro (incompreensível) de vigilância que foi aprovado lá atrás, que não está sendo usado. Então a gente quer saber (incompreensível), mas eu não sei se seria possível a gente ter uma coluna a mais nessa tabelinha.



**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Só fazer uma observação. Só lembrar à Conselheira o seguinte: toda vez que vem processo para ser aprovado, e vocês recebem a ata com antecedência, o processo fica à disposição para saber no quê que vai ser utilizado o dinheiro. Como vocês estão direto, em cima do parque, principalmente você que briga pelo seu parque, o que não foi feito, você poderia consultar, mandar o e-mail, consultar, ao DEPAVE, que é o responsável pelo gerenciamento da aplicação dos recursos do parque. Porque se nós formos colocar aqui... inclusive a Bianca parabenizou, você também, a tabela, parabéns a vocês também. Que a cobrança de vocês fez com que nós fizéssemos essa tabela, que a equipe do Rubens, o Cláudio, o Fernando que trabalharam intensamente para poder apresentar para vocês hoje, mas graças à cobrança de vocês. Que isso deveria ter e não tinha. Então foi feito. Então nós estamos fazendo ajustes. Então eu acho que nesse primeiro momento nós criamos mais uma coluna aqui, para por no que foi gasto, isto aqui vai ficar inviável a apresentação e a gente dar o retorno. É muito mais fácil vocês, por exemplo: ah, você tem o seu parque. Você faça a consulta antes. Olha, não está sendo feito isso. Nós vamos... E o diretor do DEPAVE, eu tenho certeza absoluta, com a experiência dele, que na reunião seguinte, ele dá uma explicação a vocês.

**Cons. Cristina Antunes:** Certo. Então, formalizando o pedido... (incompreensível)...

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** O senhor concorda com isso, diretor?

**Cons. Cristina Antunes:** Quando a gente aprova, vem genérico. Não vem tão detalhado quanto vai ser cada item. Assim é difícil para a gente também, fazer isso.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Mas tem no processo o que vai ser feito. Então fica mais fácil para vocês cobrarem. Fazer um e-mail, falando: diretor de DEPAVE, tal, tal...

**Cons. Cristina Antunes:** (incompreensível) solicitação aqui, ou a gente tem que formalizar isso em e-mail ou alguma coisa assim?

**Carlos Cavalcanti:** Carlos Cavalcanti, DEPAVE. Primeiro, eu acho que seria interessante você formalizar por empenho. E mais interessante ainda é, de fato, vocês abrirem o processo, lerem o processo, porque esses dados estão no processo. Onde foi aplicado, onde não foi, onde gasto ou não gasto. O que está empenhado, o que não está empenhado. Entendeu? Eu acho importante o acesso aos processos. Obrigado.

**Cons. Cristina Antunes:** (incompreensível) ao Conselho Gestor. E outra questão que eu queria saber, entender, por que com tantos casos não foi liquidado? O que faltou para liquidar...

**Jairo Galera:** Na realidade, todo dinheiro que é empenhado, para você liquidar, a empresa tem que apresentar medição do que ela fez, e documentação relativas à fiscalização, e documentação referente à situação dela com relação a depósito de fundo de garantia, depósito de INSS, tudo isso, a gente junta no processo antes de pagar. Antes de fazer a liquidação. O que acontece? Quando ela apresenta a medição, a gente vai fazer... juntar toda essa documentação, e liquida. E a liquidação, não significa que eu paguei também. Porque o pagamento é feito depois. Então a maioria aí, ou não apresentou a medição ainda, ou está com problema de documentação para a gente poder fazer a liquidação.

**Cons. Cristina Antunes:** No caso, por exemplo, do parque **Faria Lima**. Tem lá o empenho... O Parque do Carmo. O empenho é maior do que o aprovado, mas não tem nada liquidado. Na verdade, o saldo a pagar é (incompreensível) Isso quer dizer que...





**Jairo Galera:** Até agora não...

**Cons. Cristina Antunes:** (incompreensível) são contratos de manejo e conservação. Não tem medição mensal.

**Jairo Galera:** Não tem medição mensal. Então depende da medição. O administrador do parque assina junto com a empresa a medição para ver se está tudo em ordem, junta toda documentação, recolhimento dos impostos todos, e taxas, e entrega para a gente. Aí vamos fazer a análise e fazer a liquidação. De janeiro, da área técnica, as medições estão todas paradas. Por quê? Porque está faltando alguma coisa.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Conselheira Sônia.

**Cons. Sônia:** Não. Pode fazer ele primeiro.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Pode fazer. Depois eu passo a palavra para o conselheiro.

**Cons. Sônia:** Continuando aqui as minhas anotações, no caso de não aprovadas e liquidadas, quer dizer que os recursos foram utilizados indevidamente?

**Jairo Galera:** De qual que você está falando?

**Cons. Sônia:** Isso tem algum tipo de pena?

**Jairo Galera:** Qual parque?

**Cons. Sônia:** Não estou falando de...

**Jairo Galera:** Na realidade, não. Se a empresa fez a medição e não apresentou a documentação, ela vai ficar sem receber. Isso é natural. Ela tem que apresentar toda documentação para receber. Penalizar a empresa por conta disso, não. A gente só penaliza a empresa quando ela deixa de ter um determinado documento que ela tem que manter durante o contrato todo. Por exemplo, ela tem que apresentar para nós, uma certidão de que ela está quites com o INSS. Essa certidão vale por seis meses. Doze meses, em alguns casos. Se ela, nesse período, ela estiver com a certidão vencida e não apresentar uma nova, aí ela é penalizada por conta disso. Mas se ela não trouxer a documentação, nós não podemos penalizá-la. A pena dela já é não estar recebendo.

**Cons. Sônia:** Desculpa, Jairo. Eu estou perguntando o seguinte: como esse recurso já empenhado, já liquidado, não foi aprovado, a proposta, pelo que eu estou entendendo, é um ajuste contábil.

**Jairo Galera:** Isso.

**Cons. Sônia:** Esse processo é um processo que acontece internamente na Secretaria, e que a gente, como Conselheiros, acompanha? Eu só queria entender como que a gente vai encaminhar essa situação, que eu acho que é a situação mais grave.

**Jairo Galera:** Na realidade, nós vamos fazer o ajuste. A hora que estiverem todos os ajustes feitos, a gente vai passar na reunião de vocês. A gente passa para vocês o que é que foi feito e posiciona vocês.



**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Como foi combinado que toda reunião a gente faria uma apresentação, mas não nessa extensão, devido a hora, que vocês têm a pauta a cumprir, mas nós, toda a modificação que tiver nesta tabela, vai ser dita a vocês. Vocês vão acompanhar. Com a palavra, o Conselheiro Elgis.

**Cons. Elgis:** Bom dia. Eu sou o Elgis da UMAPAZ. Primeiro, eu queria parabenizar o esforço. Primeiro aspecto é que do ponto de vista financeiro, (incompreensível) de comprometimento, não há nenhum problema relevante, na minha opinião, na medida que não se comprometeu (incompreensível). Nós temos um problema de natureza de controle financeiro e orçamentário. Bom, queria explicar um pouco, dentro da minha experiência do Verde, (incompreensível) bastante complexo sair de uma posição de estrutura de controles e gastos (incompreensível), para essa situação. Então por exemplo, (incompreensível), a partir de processo (incompreensível) recursos, isso é praticamente incontrolável. (incompreensível). E queria parabenizar pela transparência que se estabeleceu aqui no sentido de que foi pedido informação, ela está apresentada, e é uma questão agora, da gente aperfeiçoar os controles. Porque esse é um processo... agora no período de tempo, que eu compreendo que este é um processo (incompreensível) de controle. Normalmente, as Secretarias têm uma dotação (incompreensível). E essa forma que vem acontecendo é diferente. Então eu queria destacar a transparência desse processo. Acho que tem erros, porque não se constroem controles do dia para a noite. Porque se trocar o pneu da Kombi para (incompreensível), eu acho que os erros (incompreensível). Como conselheiro, eu quero também ter isso com vocês. É um detalhe importante. E os ajustes das rubricas, Jairo, me parece que têm que ser, realmente, negociados e apresentados ao Conselho. (incompreensível). Mas eu queria parabenizar o esforço de controle, pela dificuldade construir controles ao longo do processo.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Só um detalhe: a gente, para cada processo que foi identificado a divergência de valor do aprovado para o empenhado, eles vão ser reanalisados pela Comissão de Avaliação Técnica da Secretaria, e serão submetidos ao Conselho, ou para se aprovar a diferença, se for o caso, se houver realmente a necessidade, ou para fazer o acerto e conciliar a aprovação dos recursos do FEMA, com a necessidade real do contrato. Então aí a gente vai fazer esse rastreamento que o Jairo falou. Possivelmente, a gente vai ter que marcar uma reunião extraordinária, em um mês complicado, porque mês de Copa do Mundo, feriados e... as nossas reuniões são de sexta-feira, os jogos são de quinta. Tem um feriado também na quinta. Então a gente vai ter que ajustar essa data da reunião extraordinária, para que a gente possa, dentro desse mês, no máximo, a gente regularizar toda essa situação para que a coisa não se prolongue ao longo do ano.

**Cons. Elgis:** Só para complementar, usualmente não se mistura, em um Conselho Deliberativo, a função fiscal. É preciso entender que nós, aqui, estamos exercendo as duas funções, que são perfis de conhecimento e de formação diferentes. Então o aprendizado está se formando, agora. (incompreensível) indica uma construção de uma estrutura de fiscalização, que está sendo aperfeiçoada. (incompreensível).

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Estamos aprendendo juntos.

**Cons. Elgis:** Porque normalmente, tem um Conselho Deliberativo e outro Conselho Fiscal. São perfis, inclusive, de formatos de reunião e de procedimentos de informação muito diferentes. Nós estamos juntando os dois. (incompreensível).

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Só concluir. Nós só fizemos essa apresentação, isso, devido à administração e à transparência da administração ao Conselho, ao pedido.



Daqui para frente, nós faremos o que foi solicitado no começo pela Cristina e pela Sônia, de que é o saldo do empenho e o saldo do FEMA utilizado. Quanto à demonstração, só se não houver correção, ou se houver alguma coisa que deva mostrar a vocês com a transparência que, graças a essa cobrança de vocês, e ao trabalho feito pelo FEMA, a gente chegou a ver essa... que tinha alguns problemas que passaram despercebidos, justamente pelas explicações que o Jairo deu. Então daqui para frente, será mantido o saldo, e se houver algum problema com o processo, nós trataremos. Fora isso, ele vai continuar sendo consultivo. E não fiscal. Quer falar? Pois não.

**Cons. Cristina Antunes:** Eu quero reiterar isso que o (incompreensível) colocou. Eu fico muito feliz da nossa solicitação ter produzido uma possibilidade dessa solicitação. E imagino que da parte de vocês, também a possibilidade de um controle mais rigoroso. Está acontecendo isso. Vira uma bola de neve. Certo? Então, eu concordo com a Sônia. Eu acho que é grave, eu acho que foi muito salutar a gente ter disposição da secretaria de abrir essa... para nós era uma caixa preta até hoje, (incompreensível). E espero que isso aqui ajude talvez mais a vocês, até, do que a nós. Porque a gente vai ter o par e passo desses processos. E com relação à reunião do dia 13, eu ia pedir que você mudasse a reunião.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** É, ficou em uma data ruim. Talvez a gente tenha que modificar, não seja na sexta-feira. Tenha que ser entre segunda ou terça, porque quinta e sexta nós temos duas semanas seguidas de feriado. Então possivelmente a gente vai mudar essa data, mas aí a gente consulta vocês antes, por conta do agendamento e dos compromissos dos Conselheiros, a gente consulta antes para marcar essa data.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Só respondendo à Cristina, a pergunta que você fez quanto à inclusão de pauta, eu recebi agora, o comunicado do Ricardo Brandão, que pediu que ficasse constando na ata, de que passou na primeira votação, está indo para a segunda votação. Ele ainda não tem o perfil completo, fechado, mas que na próxima reunião ele trará para você uma resposta. Está bom?

**Cons. Cristina Antunes:** (trecho incompreensível) a questão (incompreensível) situações de risco (incompreensível) e mananciais. Isso daqui é urgentíssimo, entre outras coisas (incompreensível). Porque a própria prefeitura está prestando contas de que houve uma série de projetos aprovados, sem levar em conta o subsolo. E nós temos pelo menos dois bairros afundando na região de Santo Amaro. Devem haver outros em outros locais da cidade. Então isso aqui tem que acontecer. A Secretaria deveria, realmente, mandar sugestões, não sei se já foram mandadas ou não, mas mandar sugestões para (incompreensível) para que seja incluído... Nós mandamos... Pelas associações, a gente manda diretamente para o vereadores.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Perfeito.

**Cons. Cristina Antunes:** Na verdade, eles recebem o projeto, (incompreensível). Agora, se nem o substitutivo estão constando nas medidas para garantir a estabilidade do subsolo da cidade, a gente fica duplamente preocupado. Porque está realmente (incompreensível) prejuízo nos mananciais, e também uma questão gravíssima, em que a posição dessa Secretaria seria definitiva, seria fundamental. Então eu peço que o Ricardo Brandão, que realmente (incompreensível). Os vereadores vão votar até o dia 11. Não quer dizer que seja no dia 11, entendeu? (trecho incompreensível).

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Você pode ter certeza do seguinte, Cristina. Da outra vez, você falou, o Secretário estava presente. Você falou do solo, desse problema de afundamento, e vai ser levado... O Cláudio está anotando, terminando a reunião, eu vou



levar isso a ele, e depois, pode ter certeza que as medidas que forem tomar a Secretaria, depois eu peço para que seja encaminhado a você, ou na próxima reunião, que ele venha pessoalmente e fale para você o que a Secretaria tomou de medidas. Está bom? Rubens, vamos para a pauta.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então voltando aqui depois da apresentação...

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Sônia, por gentileza. A Sônia com a palavra.

**Cons. Sônia:** Eu tenho mais duas dúvidas, aqui. Primeiro, se falou aqui de um dos casos, que era específico sobre crédito de carbono. Isso faz alguma diferença com relação ao empenho do recurso?

**Jairo Galera:** Não. Não há diferença nenhuma. A única diferença é que crédito de carbono só pode ser utilizado nos parques da região onde tem os aterros. É só isso. E o Sapopemba, como tinha o aterro, o crédito de carbono é um valor específico, é uma nomenclatura específica, um depósito específico e direcionado. Eu não posso fugir.

**Cons. Sônia:** É carimbado, o recurso?

**Jairo Galera:** Carimbado. Carimbadíssimo, esse. Você só pode utilizar onde têm os aterros. Que é o Sapopemba, que é o aterro lá de São Mateus, e o Bandeirantes.

**Cons. Sônia:** Certo.

**Jairo Galera:** Certo?

**Cons. Sônia:** Eu queria também agradecer à equipe da Secretaria. Acho que a gente está em um caminho muito interessante de gestão do Conselho, e queria ressaltar que, da minha parte, a solicitação que eu fiz é porque como Conselheira, e que está votando em uso de recursos públicos, eu me senti com uma responsabilidade que eu precisava de informação para poder atuar.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Perfeito.

**Cons. Sônia:** Obrigada.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Perfeito. Muito obrigado, e obrigado pela colaboração de vocês em nos cobrar. Rubens.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Bom, nós temos então na pauta, dois grupos de projetos, um seria referente aos ecopontos, que a gente já vem trabalhando já, desde as últimas reuniões, das duas últimas. E a gente tem hoje aqui a Júlia presente, e a Salete também, que são da AMLURB. Estão aqui para prestar os esclarecimentos. E temos o grupo de projetos da própria Secretaria. Então até por conta do adiantado da hora, e dos compromissos dos Conselheiros, a gente gostaria de fazer uma inversão e votar todos esses que são da Secretaria, até porque já segue a sequência da prestação de contas e as nossas aprovações, e a gente vota os ecopontos para o final da reunião. Se os Conselheiros concordarem... Alguma objeção? Pergunto ao pessoal da AMLURB se tudo bem? Então a gente vai inverter, a gente vai...

**Cons. Bianca:** Será que poderia dar um intervalo de 5 minutos para mim poder conversar com a Conselheira Aline?



**Secretário Executivo Rubens Borges:** Tudo bem. Está joia.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Pois não.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então, 5 minutos de recesso.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Senhor Rubens, vamos lá. Atenção, atenção, atenção. Rubens, a condução é sua.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então vamos lá, porque não estava gravando. Apreciação e deliberação sobre prorrogação contratual de serviço de manejo e conservação dos parques do Grupo Toronto. Processo 2012.0.266.231-1. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 1.109.425,74. A proposta: trata a presente proposta de prorrogação, por seis meses, dos serviços de manejo, manutenção e conservação de parques do grupo Toronto, composto pelos parques Cidade de Toronto, Parque Rodrigo de Gásperi, Parque São Domingos, Parque Jardim Felicidade, e Parque Vila dos Remédios, cujo objeto inclui serviços de manejo da vegetação existente, manutenção de áreas verdes, coleta e destinação de lixo gerado pelos usuários, e limpeza e higiene de sanitários públicos, conforme especificação de folha 43. Em folhas 595 e 596 do processo, consta o aditamento do contrato registrado sob número 04/SVMA/2013, com vencimento em 29/6/2014. Em folha 618 do processo, a contratada se manifesta favorável à prorrogação do contrato por mais seis meses, mantendo-se as condições de cláusulas contratuais. Em folha 649, foi juntada a solicitação de DAF para apreciação da Comissão de Avaliação quanto à utilização de recursos do FEMA para custeio da prorrogação. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral, nos termos do artigo 132, inciso 1 do Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo. Análise econômica e orçamentária da proposta: em folhas 620 a 627, constam planilhas como análise econômica que demonstra vantagem para a municipalidade, na prorrogação contratual, com atestado da divisão técnica de gestão de parques, DEPAVE 5, em folha 635. Em folha 637, DAF junta demonstrativo de saldo disponível por órgão, unidade, que demonstra que há recursos congelados na dotação própria da SVMA 2710, no montante de R\$ 26.632.100,00. Porém, o descongelamento depende do oferecimento de recursos ora existentes, conforme memorando número 2 de DAF G, de 2014, folha 652. Em folha 653, foi juntada a solicitação de providências para abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 56.978.698,90, na dotação orçamentária de operação, manutenção e conservação de parques FEMA. Tendo em vista que os recursos disponíveis para o orçamento de 2014 já foram consumidos com aprovação de projetos diversos pelo CONFEMA. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, que segue juntada em folha 638 a 648, e na perspectiva de atendimento do crédito adicional suplementar por SEMPLA, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de operação, manutenção e conservação de parques, FEMA, despesas correntes, para a presente contratação. O enquadramento, eu vou o primeiro. Os outros se repetem. Enquadramento nas diretrizes, objetivos e princípios da política municipal do meio ambiente, e do SISNAMA. Consta no processo, a manifestação da Procuradoria Geral do Município, de folhas 638 a 648, com parecer favorável à utilização de recursos do FEMA para manutenção da qualidade ambiental, e o desenvolvimento sustentável, uma vez que as áreas verdes são elementos integradores da urbanização do município e que os parques integram as áreas verdes de proteção integral. Com base no parecer da PGM, entende-se que a proposta ora apresentada se enquadra nas diretrizes estabelecidas pelo SISNAMA e pelo CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a SVMA e que determina explicitamente que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se, prioritariamente, a apoiar,



entre outros, a manutenção, melhoria, e/ou recuperação da qualidade ambiental. O CADES, no exercício das atribuições previstas no artigo 32 da lei 14.887 de 2009, e artigos 6º e 35, inciso 1, do decreto 52.153 de 28/2/2011, estabeleceu, entre as diretrizes para utilização de recursos do FEMA, a expansão, manejo e conservação de áreas verdes e unidades de conservação e parques urbanos, lineares e naturais. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 1.109.425,74, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que: 1. Que na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, a despesa ocorra preferencialmente pelo orçamento da SVMA. 2. Que a emissão das notas de reserva e empenho fiquem condicionadas à autorização do crédito adicional suplementar. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 13 de maio de 2014. Só um detalhe: o relatório foi feito com base no pedido de crédito adicional suplementar. Hoje, nós já temos esse crédito adicional aprovado, e já publicado em Diário Oficial. É que o relatório foi feito antes da aprovação. Então hoje, os recursos estão já aprovados por SEMPLA, para utilização pelo FEMA. Conselheira Aline.

**Cons. Aline:** SF, Aline. E esse está disponível no orçamento? É orçamento disponível, esse?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** É. Esse é disponível, mas tem um percentual que está congelado.

**Jairo Galera:** Mas os valores estão disponíveis no orçamento. Orçamentariamente, eles existem.

**Cons. Aline:** Mas eles podem ser utilizados? Já estão autorizados?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** O crédito adicional já foi autorizado. Já saiu publicado (incompreensível).

**Jairo Galera:** Foi 56 milhões, é isso? 56 milhões foi autorizado a utilização, já.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** É. O relatório aqui, ele está com base no pedido de crédito adicional. Então a CAV recomendou que a aprovação ficasse condicionada à publicação do decreto, o decreto adicional. Hoje já foi. Então, essa recomendação aqui, ela já nem caberia mais, que já está aprovado o crédito adicional. É que o relatório foi feito anteriormente. Conselheira Cristina.

**Cons. Cristina Antunes:** Quando você fala que há recursos congelados em dotação própria da SVMA, (trecho incompreensível).

**Jairo Galera:** Na realidade, a hora que o orçamento foi liberado para nós, em janeiro de 2014, ele veio com quase 20% de congelamento em todas as dotações. Então nós temos esse valor congelado na dotação. Só que para poder liberar esse valor, a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Finanças pedem que a gente ofereça recursos já liberados, de outras dotações. E a gente não tem da onde tirar. A Bianca pode até passar mais informações para vocês.



**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Bianca, com a palavra.

**Cons. Bianca:** Na verdade, é o seguinte: a secretaria tinha (trecho incompreensível) pra isso, foi congelado 20. Por que congelado 20? Porque, na verdade, esses 20 não existe, financeiramente esse dinheiro não existe. Mas orçamentariamente (incompreensível) está previsto. Então para você conseguir usar esses 20, tem que (incompreensível) o dinheiro de um outro lugar, colocar ali, para usar ele orçamentariamente. Mas financeiramente, esse congelado não existe. É isso que acontece. (incompreensível).

**Cons. Sônia:** Posso fazer um...

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Pode. Por gentileza.

**Cons. Sônia:** Desculpa, mas eu estou aqui pegando o que a gente vai votar hoje, com a planilha que a gente estava vendo. E têm alguns projetos que estão aqui como aprovados, e que na verdade, a gente está aprovando hoje. É isso? Porque já estão empenhados, e já têm valores liquidados.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** O que está empenhado eram valores anteriores que foram aprovados de janeiro até o presente momento (incompreensível) anteriores. O que está sendo solicitado agora, para uma prorrogação, por mais seis meses, a contar do dia 1 de julho, 2 de julho?

**Jairo Galera:** 1 de julho. Acho que é 1 de julho.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Com vencimento em 29/6. Então seria de 30/6 em diante. Então nós estamos aprovando a próxima prorrogação do contrato.

**Jairo Galera:** Prorrogação do contrato.

**Cons. Sônia:** É prorrogação desse mesmo valor que já havia sido aprovado, é isso?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Não. É um novo valor. O que já havia sido aprovado já está comprometido com a prorrogação anterior. O que a gente está solicitando agora, são recursos para fazer a próxima prorrogação.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Nova prorrogação.

**Jairo Galera:** Que podem ser iguais. Por quê? Nós não estamos colocando aí, reajuste. Então não reajustei ainda, esse contrato. Então os seis primeiros meses do ano, foi mil e pouco. Mil cento e alguma coisa. Um milhão cento e pouco. E eu estou pedindo a mesma coisa para até 31/12. Por quê? São mais seis meses. Então não há uma alteração de valor. É o mesmo valor dos seis meses anteriores. Daqui um ano é que a gente vai corrigir por conta de reajuste.

**Cons. Sônia:** Deixa eu só entender. Porque o número do processo é o mesmo, idêntico, e o valor é idêntico.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Porque é uma prorrogação por idêntico período, e ele é feito no mesmo processo. Então nós estamos solicitando ao Conselho mais seis meses. O valor é exatamente o mesmo. Por um período de (incompreensível).

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** O pedido é outro. O período é outro. O pedido.



**Cons. Sônia:** O valor permanece o mesmo, então aqui na coluna de aprovados, não vai ficar o dobro do valor?

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Não.

**Cons. Sônia:** Vai ficar o mesmo valor, e o empenho é de só R\$ 1.067.000,00, e o liquidado de R\$ 516.000,00.

**Jairo Galera:** Não, não. Esse novo valor é para mais seis meses. Então eu vou empenhar ele total: um milhão e pouco, ou um milhão e meio... Talvez um pouco menos. Mas ele é para um novo período do contrato. Que começa a contar a partir de 30/6, até 31/12. É um novo período. Então o valor é um novo empenho, para um novo período. O valor é o mesmo por conta que não há alteração de preço nesse contrato, pelo menos por enquanto.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** O que vai acontecer, Sônia, é que nós vamos criar mais uma coluna aqui, de aprovação. Então nós temos aprovação 1, aprovação 2, nós vamos ter aprovação 3, que é o valor referente ao período de 29/6, pelos próximos 6 meses. Vai até o final de dezembro.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Cristina, com a palavra.

**Cons. Cristina Antunes:** Cristina, SAJAP. Então, o valor que está empenhado, aprovado e ainda tem esse saldo a pagar. Esse saldo a pagar, como é que vai ser essa liquidação? Então já têm serviços que já estão previstos a pagar. (incompreensível)?

**Jairo Galera:** Não. É aquilo que a gente falou para vocês antes do recesso. A empresa mede. A gente vai conferir para poder pagar. Então eu não tenho pago todas as medições ainda. Por isso que ainda tem saldo a pagar, aí. Tem saldo de empenho.

**Cons. Cristina Antunes:** Mas não era saudável você ter toda essa documentação antes da gente aprovar mais dinheiro para (incompreensível)?

**Jairo Galera:** Não. Infelizmente, não. A gente não pode parar o contrato. E a empresa, à medida que ela vai prestando serviço, ela vai dizendo: olha, eu fiz X, Y e Z. Eu preciso receber. Ela traz a documentação e a gente vai pagando. O contrato está em andamento. A empresa está trabalhando. Então, de qualquer forma, nós temos que ter a previsão para os outros próximos seis meses. É o que a gente está pedindo para vocês a liberação.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Só para você entender, Cristina, é o seguinte: às vezes demora, mas existe uma responsabilidade, e eu até estou falando pelo meu diretor, que é feita a medição acompanhada. Se não bater com o que os técnicos responsáveis do departamento de parques, o DEPAVE, achar que não está correto aquela medição, volta. E às vezes demora mais porque não bate. Eles vão lá, não. Tem que ser o que foi medido e o que foi feito. Então existe esse controle sim. Às vezes só demora um pouco para liquidação, devido a essa confirmação.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Conselheira Bianca.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Bianca, por gentileza.

**Cons. Bianca:** O período desse contrato é?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** De 30/6 a 30/12. Vai dar 29/12.





**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Mais seis meses. Até o final do ano.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Mais seis meses.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Vamos lá, Rubens.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Bom, então podemos ir à votação? Então os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da prorrogação contratual... Você quer falar mais alguma coisa?

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Você quer mais uma pergunta, Bianca? Fica à vontade.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então fala antes da gente votar.

**Cons. Bianca:** Vocês pediram uma suplementação de 56 milhões. A gente congelou tudo o que estava disponível. Se não me engano, (incompreensível) milhões. Como é que vocês vão empenhar isso, se está tudo congelado?

**Jairo Galera:** Quando nós pedimos os 56 milhões, nós já estávamos calculando esses valores aí. O que não der, nós não vamos fazer. Infelizmente, não dá. Enquanto a gente puder prorrogar com o dinheiro que estiver disponível, com a disponibilização que SEMPLA nos deu, Finanças nos deu, nós vamos estar trabalhando e empenhando. O que não der, infelizmente, nós vamos ter que... até que eu falei na reunião lá, com a Secretária. O Secretário nosso comentou: vai ter que fechar alguma coisa.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** O que tem que ter em mente é que essa suplementação foi feita com base em uma previsão de excesso de arrecadação. Então, se está congelado, mas a gente tem expectativa de entrada à medida que esse recurso for entrando, a gente vai solicitando o descongelamento. E aí nesse caso, eu entendo, não entendo muito de orçamento, mas eu entendo que a gente não precisa oferecer o recurso porque a gente tem o Financeiro disponível. Então como a gente tem seis meses ainda, do ano e essa arrecadação ainda tem uma perspectiva de entrada, à medida que ela for entrando, a gente vai solicitando o descongelamento desse valor. Para estar cobrindo os contratos.

**Jairo Galera:** Até o limite que não der mais. Aí não dá... É o que a gente comentou com o Secretário e com a Secretária Leda lá naquele dia. O Secretário Wanderley falou: nós vamos ter um problema político para resolver o que nós vamos fechar primeiro.

**Cons. Bianca:** E ainda assim, nós estamos falando isso porque na verdade têm 109 milhões reservados, e aprovados a gente tem 93, e aí está tudo congelado. Não tem nada disponível.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então, a gente vai ter que pedir para a Leda o descongelamento. Infelizmente...

**Cons. Bianca:** (incompreensível) orçamentária, com secretário de Finanças e (incompreensível)

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então, por que o que a SEMPLA fez? Na verdade, a gente solicitou a suplementação para dar cobertura para esses processos. A SEMPLA nos deu a suplementação, saiu publicado. Só que ela deu com uma mão e tirou com a outra.



Porque ela congelou. Então ela deu a suplementação e congelou o valor suplementado. Então o que a gente vai ter que fazer agora? Caso a caso, a gente vai lá e pede o descongelamento daquele valor.

**Cons. Bianca:** É que na verdade existe uma conversa paralela, que a gente teve inclusive com a secretária Leda, estava o secretário Wanderley, estava o Jairo, estava eu presente, o meu coordenador (trecho incompreensível). E a gente está tentando readequar porque não cabe dentro do orçamento manutenção de parques no valor igual, praticamente, ao da secretaria. Isso não existe. Educação está fazendo reajustes, todos estão fazendo reajuste, a gente não tem... a prefeitura está em contenção, a gente não tem esse dinheiro. Não tem como aumentar em 80 em relação ao ano passado (incompreensível) contratos de manejo e vigilância. É muita coisa. O ano passado a gente gastou 88 milhões com manejo e com manutenções de banheiros (incompreensível). Tudo a gente gastou 88. (incompreensível) a gente está gastando mais de 150. Sem falar que já tem 20 gasto (incompreensível).

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Só que nós tínhamos 31 parques, hoje a gente tem cem parques. Não. Mas não tinha os cem em funcionamento. Hoje a gente tem pelo menos 80.

**Cons. Bianca:** (trecho incompreensível) até 2014 (incompreensível)

**Orador não identificado:** Tem uma grande diferença quando você recebe um parque... Vamos dizer, hoje, nós estávamos conversando com a Cristina sobre o parque Alto da Boa Vista. Ele está lá. É o caso... Ele está no 103. Ele está no caso 103. Mas teoricamente, ele não tem despesa. Ele teve só despesa de implantação do parque. Mas eles não têm. Têm uma série de parques que ainda não passaram para operação. Eles não estão ainda em operação. Eles foram criados, as áreas foram desapropriadas, fez o projeto, mas eles não estão em operação. Deu para entender?

**Cons. Bianca:** Em conversa com o Guilherme, foi perguntado se houve aumento de disponibilização de serviços. E ele falou que não houve aumento de disponibilização. O que isso quer dizer? A gente não aumentou a quantidade de serviços. Quer dizer que a gente fazia manutenção e vigilância em X número de parques, a gente continua fazendo. O problema é, pelo que eu entendo, exatamente outro. É que os contratos eram antigos, a gente vinha fazendo contrato, e agora os contratos venceram. Não tem como prorrogar. E aí houve um aumento significativo porque os contratos eram antigos. Então, não houve aumento de serviços, entendeu? É só para explicar porque SEMPLA congela ou descongela (incompreensível). Assim (incompreensível). Assim que ela tem que lidar com o orçamento da prefeitura inteira. E outra que a gente está com recursos extremamente restritos, fazendo a fiscalização realmente minuciosa, tanto (incompreensível), outras Secretarias aqui. Todo mundo sabe que a gente está ali no... (incompreensível). Gastando centavo por centavo, contando centavo por centavo, porque cada centavo que sobrar, de economizar alguma coisa, a gente consegue fazer... É uma (incompreensível) maluca de recursos. Por isso que a gente está tendo, além dessa reunião, existem uma série de outras reuniões que estão por trás, para a gente já conseguir ajustar o dinheiro da Secretaria, restos do dinheiro do FEMA, de uma maneira que ela seja minimamente sustentável. Sustentável no sentido...

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Eu concordo plenamente com você. Só que eu tenho uma colocação a fazer. Cabe a nós aqui do Conselho, aos senhores e senhoras que votam, de pensar o seguinte: já foi dito aqui anteriormente: ah, então não vamos votar. Vamos fechar o parque. É simples fechar o parque. A nossa obrigação é de saber se você hoje vota não, e não aprova um projeto dessa prorrogação, o que acontece? Qual o desdobramento todo até você fazer outro? Você cria uma série de dificuldades, uma série



de problemas, que não é que nós estamos aprovando que vai ser... de repente, não é descongelado, mas nós cumprimos a nossa meta de que é: temos que tomar cuidado da quebra do contrato. Porque você sabe que é difícil você abrir um novo contrato, uma nova licitação. E o que vai acontecer? Se a gente vota e na continuidade está congelado, é um problema da Secretaria e correr atrás. Não descongelou, não descongelou. Olha, publicamente, oficialmente, para a própria empresa que presta serviço, e para a própria população, foi aprovado, não tem o dinheiro, e infelizmente temos que fechar. Mas nós estamos com a consciência de que nós não fomos os fechadores, e sim, a situação financeira que hoje reina, não só no município, como no estado. Pode falar.

**Cons. Bianca:** Eu acho que a votação, ela tem muito mais responsabilidade. (trecho incompreensível) viabilizar ou não (incompreensível) parque. (trecho incompreensível). Por exemplo, a Secretaria de Educação (trecho incompreensível) maneira diferente (trecho incompreensível). Tem dois vigilantes (incompreensível), de repente, você contratar (incompreensível). Eu não sei, eu estou falando isso bem (incompreensível). De repente sai mais barato. (trecho incompreensível). Você pode escolher diminuir a área aberta do parque, pode aproveitar (trecho incompreensível). E uma série de... A gente tem que usar, aqui a gente brinca de gestão pública inteligente, (incompreensível). A gente precisa (trecho incompreensível). E não cabe ao conselho resolver os problemas das secretarias. É claro que a gente pode ajudar (incompreensível). Mas eu não acho que se a gente não aprovar aqui, isso, hoje, a culpa não vai ser do conselho. O problema é muito anterior. Entendeu? O problema não é nosso.

**Carlos Cavalcanti:** Carlos Cavalcanti, DEPAVE. Todas essas medidas que você falou, de fecha uma parte... Eu tenho brigado com a Cristina no bom sentido, não é Cristina. O parque do Cordeiro tem uma rua que divide o parque. Tem uma área que ela é mais densa, fechada. Essa área nós fechamos. Por quê? Porque nós não temos vigilância. Então temos outra... Aí a gente consegue, relativamente, otimizar a parte mais, vamos chamar, habitável, do parque. Nós temos alguns parques que nós temos rondas móveis. Então, também é uma maneira que eu... são parques que eu não preciso ter homens, 20 homens, 5 homens, 10 homens. Pela característica do parque. Então tudo isso é nossa preocupação. Nós sabemos que o cobertor é curto. Nós sabemos muito bem. Eu tenho que pensar em operar, manter, mas ter recursos para isso. Não adianta eu chegar aqui, falar para o Jairo: Jairo, eu preciso de cem milhões. Não adianta. Não tenho. Ele me dá dez, e eu tenho que me virar com os dez. Mas de uma maneira que a gente mantenha o bem público, e deixe a população poder usufruir daquilo. Deixe não, a gente tem que possibilitar que a população possa utilizar o parque. Muito obrigado.

**Cons. Cristina Antunes:** A Bianca, também reforçando um dos meus argumentos, com relação a não aprovar novas despesas. Eu queria colocar duas coisas aqui: em uma reunião do CADES, o Ricardo falou, ele falou em off... não, ele falou na reunião. Deve estar em ata. Que a prefeitura está fazendo negociações com organismos internacionais de financiamento, porque não tem dinheiro na cidade. Então, esse tipo de ação é muito mais eficaz, no médio e no longo prazo, do que ficar esperando descongelamento ou verba inexistente que, quem sabe, se aprovarem IPTU, não sei o quê, parará. Então isso daqui é uma das questões. A outra questão é isso a que o Carlos se referiu. Tem que haver recursos administrativos para utilizar o que se tem. Eu sempre dou o exemplo da dona de casa. Se não dá para comprar filé mignon, compra asa de frango. Agora, eu estou me antecipando, (incompreensível), a abertura de novos ecopontos. Porque não faz sentido. Se a gente não consegue nem dar conta, a prefeitura, como um todo, como a Bianca falou, não consegue dar conta de compromissos que já têm, não faz nenhum sentido abrir novos equipamentos que vão ficar passando chapéu... os Secretários respectivos não podem ficar com o chapéu na mão pedindo dinheiro. E outra vez, que eu entendo... (incompreensível)



têm várias insinuações aqui, se não tem dinheiro no orçamento, a gente faz isso com dinheiro do FEMA. Deveria tudo isso ser feito com dinheiro do orçamento. Então nós estamos usando dinheiro do FEMA para fazer obrigações, para cumprir obrigações que a Secretaria deveria cumprir com dinheiro de orçamento. Se a dotação orçamentária não foi (incompreensível), o orçamentário não foi atendido, tem que haver, como disse a Bianca, gestão criativa. A gente tem que rebolar com dinheiro que tem de fato. E o FEMA, volto a insistir desde o começo, não tem a função de financiar o que a prefeitura... no item orçamento.

**Carlos Cavalcanti:** Cristina, eu sei que você está de saída, mas nós estamos já em negociação, inclusive tivemos já, reunião, ontem. Uma delas, é o seguinte, são termos de cooperação de empresas, e nós estamos formatando de outra maneira. Vamos dizer, eu pego... uma empresa, ela se interessa pelo Parque do Povo. Por quê? Porque tem visibilidade, está ali na região dos Jardins, então têm uma série de empresas que querem isso. Mas nós estamos adiantando. Ah, você quer o Parque do Povo, você também tem que pegar o Jardim da Conquista. É uma maneira de aumentar um pouco aquilo que eu falei do nosso cobertor, entendeu? Então essa é uma preocupação forte, e está sendo com dedicação de todo o DEPAVE, a Secretaria, para que a gente deixe SEMPLA um pouco menos preocupada.

**Cons. Cristina Antunes:** Deixa eu te perguntar. Então, em um caso como este, em termo de cooperação, (trecho incompreensível) qual é a contraparte do empreendedor? Até há pouco tempo, a gente tinha um grande empreendedor, um grande vizinho, que nos ajudava muito lá em Santo Amaro, com manutenção de praças. De repente surgiu aí uma norma, não sei de onde é que saiu, que a área mínima tem que ser de cem metros. E aí ele perdeu um monte de áreas menores que estão abandonadas. A subprefeitura não tem dinheiro para fazer. Então, por exemplo, no Parque do Cordeiro, se eu tivesse um empreendedor interessado em pagar o contrato de manutenção, ele pode botar a placa dele lá?

**Carlos Cavalcanti:** Pode. Têm as suas normas, e tudo o mais. E nós não estamos pensando só no contrato de manutenção. Nós estamos pensando no contrato de vigilância, no contrato de manejo e no contrato de conservação e manutenção do Parque. Não é só...

**Cons. Cristina Antunes:** Nisso, a contrapartida da subprefeitura, da Secretaria, é publicidade?

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Publicidade. Divulgação.

**Carlos Cavalcanti:** Divulgação dentro da Lei da Cidade Limpa, e tudo o mais, mas ele tem.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Só concluindo, Cristina, antes de você sair. Lembrar que o Ricardo Brandão falou. Ele está recebendo grupos de fora, nós, do departamento de políticas públicas estamos em parceria com o DEPAVE, justamente procurando essa outra linha de ajuda financeira. Já temos essa semana, início de semana, reunião com dois grandes empresários que vão sentar com o Carlos, para a gente poder ajudar e respirar um pouco.

**Carlos Cavalcanti:** E semana que vem vai ter uma exposição da Arábia Saudita. Eu vou até me vestir de sheik. Porque eles têm dinheiro.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** E só mais uma coisa, Bianca. Eu não disse em momento algum que os senhores conselheiros e conselheiras seriam responsáveis por



fechamento nenhum. Agora, quanto a fechamento, já foi dito com o Conselheiro em reuniões anteriores. Pode falar, Bianca, com a palavra. E depois vamos à votação.

**Cons. Bianca:** (trecho incompreensível) Eu queria falar só que inclusive essa metodologia (trecho incompreensível) contrapartida de manutenção de áreas verdes. (trecho incompreensível)

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Rubens, com a palavra. Vamos à votação.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Antes da votação, Damasceno, eu queria que você desse posse para o conselheiro...

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Ah, perdão.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Para que ele possa votar também.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Então vamos dar posse, chegou nosso Alessandro Luiz Oliveira Azoni, como Conselheiro representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do CADES. Seja bem-vindo, uma salva de palmas.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então obrigado. Agora, já está habilitado a votar. Então os Conselheiros que são favoráveis à proposta de prorrogação contratual de serviços de manejo e conservação dos parques do Grupo Toronto, no valor de R\$ 1.109.425,74, permaneçam como estão. Então foi aprovado por cinco votos favoráveis, um voto contra.

**Cons. Sônia:** Eu queria me abster.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então são quatro votos favoráveis, um contra e uma abstenção. O próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre prorrogação contratual de serviços de manejo e conservação dos parques do Grupo SEMUCAN. Processo 2011.0.264.557-1. Então a partir de agora, eu vou suprimir do relatório o enquadramento nas diretrizes do SISNAMA, porque ele se repete. Do SISNAMA e do CADES. Então a proposta é prorrogação contratual dos serviços de manejo e conservação dos parques do Grupo SEMUCAN. Processo 2011.0.264.557-1. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total da proposta é R\$ 1.603.367,80. Sendo R\$ 1.525.999,62 para o período de seis meses. E R\$ 77.368,18 referente ao reajuste do contrato. Análise da proposta: trata a presente proposta de prorrogação por mais seis meses do contrato de serviço de manejo e manutenção e conservação do grupo de parques do SEMUCAN, composto pelos parques SEMUCAN, Alfredo Volpi, Luiz Carlos Prestes, Parque Previdência e Raposo Tavares, cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes, zeladoria de sanitários, serviço de coleta e destinação de lixo, limpeza de fossa séptica, conforme folhas 83 a 88. Em folhas 1214 do processo, a contratada se manifesta favorável à prorrogação do contrato por mais seis meses, a contar de 30/6/2014, mantendo-se as condições de cláusulas contratuais. Em folhas 1242, foi juntada a informação de DAF, para apreciação quanto à possibilidade de utilização de recursos do FEMA para custeio da prorrogação. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são integrantes das áreas verdes de proteção integral. Termos do artigo 132, inciso 1, do Plano Diretor Estratégico do município. Análise econômica e orçamentária: em folha 1225 consta planilha com análise econômica que demonstra que há vantagem para a municipalidade na prorrogação. Em folha 1228, DAF junta o demonstrativo de saldo disponível por órgão/unidade que demonstra que há recursos congelados em dotação própria da SVMA, 2710, no montante de R\$



26.632.100,00. Porém, segundo DAF G, o descongelamento depende do oferecimento de recursos ora inexistentes, conforme memorando número 2, DAF G, 2014, folha 1243. Em folha 1244 foi juntada a solicitação de providências para a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 56.978.698,90, na dotação orçamentária de operação, manutenção e conservação de parques, FEMA. Tendo em vista que os recursos disponíveis para o orçamento de 2014 já foram consumidos com a aprovação de projetos diversos pelo CONFEMA. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município que segue juntado ao processo, e na perspectiva de atendimento do crédito adicional suplementar por SEMPLA, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de operação, manutenção e conservação de parques, FEMA, despesas correntes, para a presente contratação. O enquadramento então, ele se repete. Então a gente pula ele, e vamos para a conclusão. Com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 1.603.367,80, sendo R\$ 1.525.999,62 para a prorrogação pelo período de seis meses, e R\$ 77.368,18 referente ao reajuste, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra preferencialmente pelo orçamento da SVMA, e que a emissão da nota de reserva e empenho fiquem condicionadas à utilização de crédito adicional suplementar. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Lembrando que a suplementação já saiu, nesse caso também. Então São Paulo, 23 de maio. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então vamos à votação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então temos... Vai se abster?

**Cons. Sônia:** Vou me abster, de novo.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então nós temos quatro votos a favor, e uma abstenção. Está aprovado o projeto. Próximo ponto de pauta, é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques do grupo Oeste. Processo 2014.0.016.188-2. A proposta é solicitação de recursos para abertura do processo licitatório, visando a contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques municipais que integram o grupo Oeste. Processo 2014.0.016.188-2. Proponente, SVMA-DEPAVE. Valor total da proposta, R\$ 7.480.193,20. Trata a presente, de solicitação de recursos do FEMA para abertura do processo licitatório, visando a contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques municipais que integram o grupo Oeste, formado pelos parques Luiz Carlos Prestes, SEMUCAN, Previdência, Raposo Tavares, Colina de São Francisco, Juliana de Carvalho Torres, Linear Sapé e Parque do Povo, conforme justificativa de folhas 4 a 12. Em folha 95 foi juntada a solicitação de DAF para a utilização de recursos do FEMA para custeio do contrato, com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica e orçamentária: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF G, com relação à necessidade de deliberação do CONFEMA para utilização de recursos do FEMA no montante de R\$ 7.480.193,20 para contratação de serviço, por 12 meses, conforme planilha de cálculo de folha 80. Em folha 96 foi juntada a solicitação de providências para abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 56.978.698,90, na dotação orçamentária de operação, manutenção e conservação de parques, FEMA. Tendo em vista que os recursos disponíveis para o orçamento de 2014 já



foram consumidos com a aprovação de projetos diversos pelo CONFEMA. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município e na perspectiva do atendimento da abertura de crédito adicional suplementar por SEMPLA, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação operação, manutenção e conservação de parques, FEMA, despesas correntes, para a presente contratação. Então, a conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 7.480.193,20, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra preferencialmente pelo orçamento da SVMA e que a emissão da nota de reserva e empenho fiquem condicionadas à autorização de crédito adicional suplementar. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 21 de maio, assina a Comissão de Avaliação. Então vamos à votação.

**Cons. Sônia:** Posso só...

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Conselheira Sônia.

**Cons. Sônia:** No caso desses parques da zona oeste, o primeiro semestre foi coberto com recurso orçamentário?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Na verdade, esse aqui é solicitação para um novo processo licitatório. Então seria uma nova contratação por um ano. O contrato anterior eu não tenho aqui, essa informação, se ela está na dotação do FEMA ou da... Só olhando no processo, mesmo. Mas eu acho que era do FEMA, se eu não me engano. Tem uma parte em cada um? Então tinha uma parte que era pelo FEMA, uma parte que era pela Secretaria. Informações aqui de DAF. Mais alguma dúvida, Sônia? Não? Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão.

**Cons. Sônia:** Eu vou me abster de novo.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então temos quatro votos favoráveis e uma abstenção. O projeto foi aprovado. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de manejo e conservação dos parques do grupo Jardim Prainha. Processo 2013.0091.785-3. A proposta é de prestação de serviços de manejo e conservação dos parques do grupo Jardim Prainha. Processo 2013.0091.785-3. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 448.259,21. Análise da proposta: trata a presente proposta de prorrogação por mais seis meses, do contrato de serviços de manejo, manutenção e conservação do grupo de parques Jardim Prainha, composto pelos parques Jardim Prainha, Parque do Céu, Três Lagos, Parque Cantinho do Céu, e Parque Aristocrata, cujo objeto inclui serviços de manejo da vegetação existente, manutenção de áreas verdes, coleta e destinação de lixo gerado pelos usuários, e limpeza e higiene de sanitários públicos, conforme especificações técnicas de folhas 89 a 104. Em folha 599 do processo, a contratada se manifesta favorável à prorrogação do contrato por mais seis meses, a contar de 6/7/2014, mantendo-se as condições de cláusulas contratuais. Em folha 624, foi juntada a informação do Departamento de Administração e Finanças, para utilização de recursos do FEMA, para custeio da prorrogação. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral nos termos do artigo 132, inciso



1, do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Análise econômica e orçamentária: em folha 607 consta planilha com análise econômica, que demonstra que há vantagem para a municipalidade na prorrogação contratual, com atestado da Divisão Técnica de Gestão de Parques, DEPAVE 5, em folha 608. Em folha 610, DAF junta demonstrativo de saldo disponível por órgão/unidade, que demonstra que há recursos congelados em dotação própria da SVMA, 2710, no montante de R\$ 26.632.100,00. Porém, segundo DAF, o descongelamento depende do oferecimento de recursos ora inexistentes, conforme memorando número 2 de DAF G, de 2014, folha 625. Em folha 626, foi juntada a solicitação de providência para abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 56.978.698,90 na dotação orçamentária de operação, manutenção e conservação de parques, FEMA, tendo em vista que os recursos disponíveis para o orçamento de 2014 já foram consumidos, com a aprovação de projetos diversos pelo CONFEMA. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, que segue juntado sob folha 611 a 621 e na perspectiva do atendimento do crédito adicional suplementar por SEMPLA, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de operação, manutenção e conservação de parques, FEMA, despesas correntes para a presente contratação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 448.259,21 para prorrogação pelo período de seis meses, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra preferencialmente pelo orçamento da SVMA e que a emissão da nota de reserva e empenho fique condicionada à autorização do crédito adicional suplementar. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 23 de maio, assina a Comissão Técnica de Avaliação.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Conselheiro Elgis, com a palavra. Por gentileza.

**Cons. Elgis:** (trecho incompreensível)

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Põe em votação, os Conselheiros.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então os conselheiros que são favoráveis à sugestão do conselheiro Elgis, permaneçam como estão. Então a gente passa a ler a análise da proposta e conclusão.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Perfeito.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Lembrando que tanto os relatórios quanto os processos ficam disponíveis para consulta dos Conselheiros, e dos ouvintes presentes. Então é público, o processo. Então vamos à votação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão.

**Cons. Sônia:** Eu vou me abster.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então temos quatro votos a favor e uma abstenção. O projeto foi aprovado. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de manejo e conservação dos parques do grupo Piqueri. Processo 2013.0.013.041-1. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total, R\$ 1.822.106,64. Essa proposta refere-se ao processo de nova contratação pelo período de 12 meses, serviço de





manejo, manutenção e conservação de parques que compõem o grupo de parques Piqueri composto pelos parques Chácara das Flores, Parque Chico Mendes, Parque Raul Seixas, e Parque Santa Amélia, cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes, conforme especificações técnicas gerais de folhas 14 a 34. Em folha 173, foi juntada a solicitação de DAF para a utilização de recursos do FEMA para o custeio do processo licitatório, com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para conservação e manutenção dos parques públicos. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral nos termos do artigo 132, inciso 1, do Plano Diretor Estratégico. Então, vamos à conclusão. Conclusão da Comissão de Avaliação: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, de que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 1.822.106,64, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 23 de maio, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão.

**Cons. Sônia:** Vou me abster.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então temos quatro votos a favor, uma abstenção, o projeto está aprovado. O próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre complementação de valor para contratação de serviços de manejo e conservação dos parques do grupo Guarapiranga. O processo é 2013.0.164.644-4. Proponente é a SVMA-DEPAVE, valor desta proposta, R\$ 1.579.397,53. Trata a presente proposta de complementação de valor necessário para a contratação de serviços de manejo, manutenção e conservação de parques do grupo de parques Guarapiranga, composto pelos parques Guarapiranga, Parque Eucalipto, Parque Nabuco, Parque Santo Dias e Parque Severo Gomes, cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes. Em folha 357 foi juntada a solicitação de DAF para apreciação do CONFEMA, para utilização de recursos do FEMA para custeio da contratação, seguindo orientação da Assessoria Jurídica da SVMA. A presente contratação tem destaque em sua relevância e manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral, nos termos do artigo 132, inciso 1 do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 1.579.397,53, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 23 de maio, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Conselheira Bianca.

**Cons. Bianca:** (trecho incompreensível). Aqui, na nossa tabela, (trecho incompreensível) e a gente tem um empenho de (incompreensível). Então, desses mil quinhentos e trinta e nove, quatrocentos e dez já estão empenhados.



**Secretário Executivo Rubens Borges:** É. Só que é assim: o que nós temos que está na tabela, é o processo que está em vigência. O contrato que está em vigência. O que está sendo solicitado aqui, é o valor para uma nova contratação. Seria um novo procedimento licitatório, com prazo de 12 meses.

**Cons. Bianca:** (trecho incompreensível).

**Secretário Executivo Rubens Borges:** O Cláudio está me lembrando aqui. Esse processo, especificamente, é complementação de valor, porque nós já tínhamos esse valor aprovado para seis meses. E depois, por uma análise mais técnica, até por questão de economicidade, tal, o DEPAVE optou por fazer a contratação por 12 meses. Então está sendo pedido o valor da diferença do que tinha sido aprovado para o valor da licitação.

**Cons. Bianca:** (trecho incompreensível).

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Esse é um daqueles que a gente está fazendo aquela varredura, e que possivelmente vai entrar na próxima reunião para fazer a aprovação do Conselho e o acerto...

**Cons. Bianca:** (trecho incompreensível).

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Não. Não. Mas de qualquer forma, quando o processo voltar, mesmo que tenha... se tiver que aprovar ainda alguma diferença, isso vai estar... a Comissão de Avaliação vai analisar e vai expor isso para o Conselho. Então assim, sem olhar o processo, não dá para saber se está ou não, dentro desse valor. Eu não tenho isso em mente. Mas quando a CAV analisar, ela vai destacar o que já foi aprovado. Então vamos à votação. Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta permanecem como estão.

**Cons. Sônia:** Eu vou me abster.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então temos quatro votos a favor e uma abstenção. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre complementação de valor da contratação de serviços de manejo e conservação de parques do grupo Guanhembu. Processo 2013.0.164.020-0. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 1.625.830,09. A proposta é de complementação de valor necessário para contratação de serviços de manejo, manutenção e conservação de parques do grupo Guanhembu, composto pelos parques Guanhembu, Linear Castelo, Nove de Julho, Linear Caulim, Linear Ribeirão Cocaia, cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes, zeladoria de sanitários e serviços de coleta e destinação de lixo, e limpeza de fossa séptica, conforme folhas 23 a 47. Em folha 188 foi juntada a solicitação de DEPAVE para apreciação do CONFEMA, para utilização de recursos do FEMA para o custeio da contratação seguindo a orientação da Assessoria Jurídica da SVMA. A presente contratação tem destaque em sua relevância e manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral, nos termos do artigo 132, inciso 1, do Plano Diretor Estratégico do Município. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município de que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 1.625.830,09, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em



referência. São Paulo, 23 de maio de 2014. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Algum comentário? Então vamos à votação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão.

**Cons. Sônia:** Vou me abster.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então quatro votos favoráveis, uma abstenção, o projeto foi aprovado. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre complementação de valor para contratação de serviços de manejo e conservação dos parques do grupo Sapopemba. Processo 2013.0.091.792-6. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total, R\$ 1.788.882,88. Trata a presente proposta de complementação de valor necessário para a contratação de serviços de manejo, manutenção e conservação do grupo de parques Sapopemba, composto pelos parques Aterro Sapopemba, Parque Jardim Conquista, Parque Guabiroteira e Parque Nebulosas, cujo objeto inclui serviço de limpeza externa e conservação de áreas verdes, zeladoria de sanitários, serviços de coleta e destinação de lixo, conforme folhas 134 a 147. Em folhas 25 e 26 do processo, consta a justificativa elaborada pela divisão técnica de gestão de parques, DEPAVE 5, que destaca a importância do serviço para conservação do patrimônio ambiental, e na conservação das edificações e instalações dos parques. Em folha 367, foi juntada a solicitação do Departamento de Administração e Finanças, DAF, para apreciação do CONFEMA para complementação de recursos, no montante de R\$ 1.788.882,88. Utilização de recursos do FEMA e Desenvolvimento Sustentável. Ficou confuso aqui. Para custeio da contratação. Destaca-se a relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral, nos termos do artigo 132, inciso 1, do Plano Diretor Estratégico do Município. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, de que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 1.788.882,88, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 23 de maio, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão.

**Cons. Sônia:** Eu vou me abster.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então temos quatro votos favoráveis, uma abstenção, o projeto está aprovado. Esse processo aqui, que é o último da pauta, mas não o último de hoje. Cabe ler a análise orçamentária porque ele é um pouco diferenciado. Então a proposta é contrato de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para o Parque do Carmo. Processo 2009.0.348.214-9. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 3.510.140,25. Análise da proposta: trata a presente proposta de solicitação de recursos do FEMA para pagamento e prorrogação, por mais 3 meses, de contrato de serviço de segurança e vigilância patrimonial desarmada para o Parque do Carmo, cujo vencimento está previsto para 1/6/2014. Análise econômica e orçamentária: em folha 851, DAF G informa que foram efetuadas reservas nos valores de R\$ 1.079.922,25, em folhas 823, e R\$ 1.588.162,10 em folha 843, e mais R\$ 172.284,04, em folha 842, sem a devida autorização do CONFEMA, totalizando o montante de R\$2.840.368,39. O valor relativo à prorrogação por mais três meses, é de R\$ 519.795,09, que adicionado a R\$128.441,36 de reajustes, perfazem o total de R\$ 3.510.140,25. Assim, a solicitação visa a regularização dos valores reservados anteriormente, e autorização para utilização de recursos do FEMA para



prorrogação contratual. Em folha 853, junta-se a solicitação de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 56.978.698,90, para reforço da dotação orçamentária de operação, manutenção e conservação de parques, FEMA. Em folha 852, foi juntado o demonstrativo de saldo disponível, por órgão/unidade referente ao FEMA, que demonstra que em 21/5/2014 o saldo da dotação 6678, operação, manutenção e conservação de parques, FEMA, é de R\$ 34.468.227,91. Então vamos à conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$3.510.140,25, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com as recomendações propostas pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice quanto à utilização de recursos do FEMA para prorrogação do contrato e aponta a irregularidade na realização de reservas de 2014 sem aprovação do CONFEMA. São Paulo, 22 de maio de 2014. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então esse caso é um daqueles que se enquadra na discussão inicial da reunião. Da nossa reunião. Acho que já foi esclarecido pelo Jairo aqui. E a Conselheira Bianca gostaria de falar alguma coisa?

**Cons. Bianca:** (trecho incompreensível).

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Esse parecer, 21/5. Foi com base nos dados de 21/5.

**Cons. Bianca:** (trecho incompreensível).

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Na verdade, ela recomenda com base na suplementação. Na perspectiva da suplementação, que já ocorreu.

**Cons. Bianca:** (colocação fora do microfone).

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então o Conselho pode recomendar que fica condicionado ao descongelamento e à disponibilidade de recursos. O Conselho pode acrescentar isso ao relatório. Mais alguma observação?

**Oradora não identificada:** Considerando que parte desses recursos já foram reservados, e que tem o... aqui, o Parque do Carmo, na planilha que a gente recebeu, também relacionado à vigilância patrimonial desarmada, tem um valor já empenhado, além desse reservado, eu realmente acho que nesse caso...

**Secretário Executivo Rubens Borges:** É que na ocasião, nós tínhamos ele reservado. Hoje ele já está empenhado. Mas se aprovada essa proposta, nos termos do que está, então ele regulariza o que está já reservado e empenhado, e autorizo a utilização de recursos para prorrogação por mais três meses. Então, o que está em discussão é isso: a aprovação ou não da regularização do que já foi reservado e empenhado, e da utilização de recursos para prorrogação. Eu acho que já foi bastante discutido isso, no início da reunião. Então a gente pode já ir para a votação, se for o caso. Então vamos lá: os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, acrescido do comentário da Conselheira Bianca, de que fica condicionado também ao descongelamento dos recursos, que hoje estão congelados, permaneçam como estão. Conselheira Sônia, abstenção?

**Cons. Sônia:** Não. Vou votar contra esse.



**Secretário Executivo Rubens Borges:** Ah, vai votar contra? Então nós temos quatro votos favoráveis, um voto contra. O projeto está aprovado. Bom, encerrada essa fase de votações, a gente entra agora nos ecopontos.

**Cons. Sônia:** Eu posso fazer só uma declaração das minhas abstenções?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Claro.

**Cons. Sônia:** Para não ter que fazer uma por uma? Eu queria deixar claro aqui, que eu entendo completamente a necessidade da contratação dos serviços que estão sendo contratados, de vigilância e manuseio para os parques de São Paulo, mas que eu entendo que os recursos do FEMA, eles são pensados para novos projetos, e São Paulo está necessitada muito de novas pesquisas e novas propostas. Principalmente relacionadas aos mananciais, e à governança das águas. Então eu insisto na regularização da necessidade de pressionar o orçamento de 2015 para que esses custos entrem no orçamento da Secretaria, e que os recursos do FEMA possam ser destinados a novos projetos, e novas pesquisas que São Paulo tanto precisa.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Ok. Conselheira Bianca.

**Cons. Bianca:** (colocação fora do microfone).

**Secretário Executivo Rubens Borges:** A gente está em vias da abertura da discussão do orçamento para 2015. A Secretaria, quando ela propõe o orçamento, ela propõe com base nas demandas da própria Secretaria, com base em demandas externas, porque nós temos ligação direta com outras Secretarias, com AMLURB, com Secretaria das Subprefeituras, então a gente recolhe todas essas demandas, distribui isso estrategicamente no orçamento, com base na previsão da arrecadação, e aí é proposto isso para a SEMPLA, e depois para a Câmara Municipal. O Conselho, a gente pode trazer a proposta antes de encaminhar para a Secretaria de Planejamento. A gente pode trazer a proposta da Secretaria para esse Conselho, expor, discutir, eventualmente o Conselho opinar nesse orçamento, e depois a gente fecha o orçamento e encaminha a proposta. Porque é assim: o Conselho hoje, ele não tem a dimensão ou não tem o registro de todas as demandas que a Secretaria tem. Então nós trazemos isso para a pauta da reunião, discute aqui com o Conselho, a elaboração do orçamento, e depois a gente encaminha a proposta para a SEMPLA. Se todos concordarem assim... fica registrado para as próximas reuniões. Podemos continuar? Então agora a gente entra na fase dos projetos de ecopontos. Nós temos aqui, presentes, a Júlia e a Salete, que são da AMLURB, para esclarecimento de qualquer dúvida. Então eu vou ler o parecer técnico. Primeiro eu leio na íntegra, e os outros eu leio a proposta, e a conclusão.

**Cons. Bianca:** (trecho incompreensível).

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Nesse caso, eu acho que vem ao encontro do que a Conselheira Sônia falou, de termos novos projetos... da utilização de recursos do FEMA para novos projetos.

**Cons. Bianca:** (trecho incompreensível).

**Júlia:** Bom dia a todas e a todos. Meu nome é Júlia. Eu sou diretora de planejamento da AMLURB. Eu só queria falar meia dúzia de palavras introdutórias aqui. Agradeço as considerações da Bianca, agradeço as considerações de todas as Conselheiras e Conselheiros no trabalho que a gente já vem desenvolvendo, no cronograma que já foi apresentado, nos outros projetos que já passaram por essa instância. Gostaria também de



valorizar um pouco os ecopontos. De falar de alguns passos importantes que foram dados recentemente. A gente acabou de finalizar a reelaboração participativa do Plano de Gestão Integrada de Resíduos. Isso aconteceu por um amplo processo de discussão, por meio da Conferência Municipal de Meio Ambiente. Foram mais de 58 etapas de debate com a sociedade civil, poder público, empresariado e todos os demais interessados, envolvidos. Isso gerou um trabalho riquíssimo, e está disponível no site da Secretaria de Serviços, e também foi feito em parceria com a Secretaria do Verde, com a Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, com as próprias subprefeituras, o diálogo foi aberto na cidade inteira, e trata também dos ecopontos. Então a meta que a sociedade definiu para ampliação da rede de ecopontos na cidade, é chegarmos aos 300. Hoje nós temos 78 em operação. E então, ainda falta caminhar um bocado. O horizonte do plano é de 20 anos. Então isso leva um tempo aí para ser implementado. Uma outra coisa é a questão da classificação dos ecopontos. Enquanto equipamentos públicos, eles antes, eram classificados como NR3. Com um nível de incomodidade significativo. E não são... Na verdade, eles são equipamentos pequenos. São, na sua concepção, para atendimento aos bairros, a população de fato, então ele deve estar perto dessa população. Não há manejo de resíduos lá dentro. Ele é só uma área de transbordo. Então é de baixo nível de incomodidade. Isso foi debatido também, recentemente. E foi decretada a mudança de classificação recente dos ecopontos, para NR1, o menor nível de incomodidade de equipamentos não residenciais. Então é uma notícia boa. Acho que duas notícias boas, das quais os projetos todos fazem parte, integram, estão dentro desse contexto. Obrigada.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Obrigada, Júlia. Bom, então vamos à leitura dos relatórios. O projeto então, o primeiro é implantação do ponto de entrega voluntária ecoponto Cavalcanti, com a finalidade do recebimento voluntário de resíduos da construção civil e objetos volumosos, subprefeitura de Itaquera. Processo 2014.0.044.003-0. Proponente, Secretaria Municipal de Serviços, AMLURB. Valor: R\$ 236.634,14. Avaliação da proposta: a autoridade municipal de limpeza urbana, AMLURB, solicita a análise da proposta visando a implantação do ponto de entrega voluntária denominado ecoponto Cavalcanti, localizado na rua André Cavalcanti com a rua Beleza Pura. A proposta vem acompanhada do ofício disponibilizado, e a área municipal pela subprefeitura de Itaquera sob folhas 2 a 3, dando formalidade à legislação vigente, e que a área em questão está enquadrada dentro da resolução de SEMPLA-CTLU/103/2008. Sob folhas 30 a 43, consta o memorial descritivo e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no plano nacional de resíduos sólidos, e no plano de gestão integrada de resíduos sólidos de São Paulo. Em folhas 48 a 56, segue a apresentação realizada na plenária ordinária do CONFEMA, realizada em 28/3/2014, relativa à ampliação dos ecopontos na cidade de São Paulo. Enquadramento nas diretrizes, objetivos e princípios da política municipal de meio ambiente. A proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e o CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, e reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, em que determina explicitamente que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se principalmente a apoiar planos, programas e projetos que visem, entre outros, a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. A proposta está amparada nas metas da lei municipal de mudanças do clima número 14.933/2009. Enquadramento das estratégias de ação recomendadas: segundo a resolução número 165/CADES/2014 de 11 de fevereiro de 2014, que trata da diretriz anual para utilização de recursos do FEMA, nos termos do artigo 8º, inciso 1 do decreto 41.713, de 25/2/2002, observamos que a presente proposta se enquadra nas diretrizes: apoio à política de implantação de ecopontos, de reciclagem, reutilização e redução de resíduos sólidos na cidade de São Paulo. Análise econômica e orçamentária da proposta: o custo para implantação do ecoponto Cavalcanti está baseado na tabela EDIF sob folha 59, e está estimado em R\$ 236.634,14, com o



cronograma de desembolso para o presente exercício. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 23 de maio de 2014, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Algum comentário ou pergunta? Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então o projeto foi aprovado por unanimidade. Próximo ponto é apreciação e deliberação sobre implantação do ponto de entrega voluntária ecoponto Guaianases. Processo 2010.0.296.578-7. Proponente é a Secretaria Municipal de Serviços, por meio da AMLURB. Valor: R\$ 95.716,22. A proposta: a autoridade municipal de limpeza urbana, AMLURB, solicita análise da proposta visando a implantação do ponto de entrega voluntária denominado ecoponto Guaianases, localizado na rua Luiz de Souza com rua da Passagem Funda. A proposta vem acompanhada de ofício que disponibilizou a área municipal pela subprefeitura de Guaianases, juntada sob folha 19, dando formalidade à legislação vigente, de que a área em questão está enquadrada dentro da resolução de SEMPLA/CTLU/103/2008. Sob folha 33 a 50, consta o memorial descritivo, e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, e no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Paulo. O ecoponto Guaianases é objeto da presente proposta, constou da apresentação realizada na reunião plenária ordinária do CONFEMA, realizada em 28/3/2004, relacionado à ampliação de ecopontos na cidade de São Paulo, em que foi destacado que havia implementações em andamento. Então vamos à conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em implantação, cujo montante é de R\$ 95.716,22. São Paulo, 23 de maio, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então está aprovada por unanimidade. Próximo ponto é apreciação e deliberação sobre implantação do ponto de entrega voluntária do ecoponto Comandante Taylor. Processo 2014.0.070.580-7. Proponente é a Secretaria Municipal de Serviços, por meio da AMLURB. Valor, R\$ 205.876,79. A proposta: a autoridade municipal de limpeza urbana, AMLURB, solicita análise da proposta, visando a implantação de ponto de entrega voluntária denominado ecoponto Comandante Taylor, localizado na rua Comandante Taylor com a rua Juntas Provisórias. A proposta vem acompanhada de ofício disponibilizando a área municipal pela subprefeitura do Ipiranga, sob folhas 3 a 4, dando formalidade à legislação vigente de que a área em questão está enquadrada dentro da resolução SEMPLA/CTLU/103/2008. Sob folhas 26 a 43, consta o memorial descritivo e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, e no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Paulo. Os custos da obra foram baseados na planilha de custos de EDIF, folhas 53 a 55. Em folhas 44 a 52, segue a apresentação da realização realizada na reunião plenária ordinária do CONFEMA, realizada no dia 28/3/2014 e a ampliação de ecopontos na cidade de São Paulo. Em folha 55 segue juntada a previsão orçamentária de desembolso para a meta de 2014. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 23 de maio, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. A proposta está aprovada por unanimidade. E o quarto e último ponto, é apreciação e deliberação sobre implantação do ponto de entrega voluntária ecoponto de Santana. Processo 2012.0.323.203-5. Proponente é a Secretaria



Municipal de Serviços por meio da AMLURB. Valor da proposta: R\$ 224.975,87. A autoridade municipal de limpeza urbana solicita análise da proposta visando a implantação do ponto de entrega voluntária denominado ecoponto Santana, localizado na Avenida Zaki Narchi, entre o prédio da AACD e o Córrego Carandiru. A proposta vem acompanhada do ofício disponibilizando a área municipal pela subprefeitura de Santana/Tucuruvi sob folhas 93 e 94, dando formalidade à legislação vigente de que a área em questão está enquadrada dentro da resolução SEMPLA/CTLU/103/2008. Sob folhas 112 a 129, consta o memorial descritivo, e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos e no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Paulo. Em folhas 130 a 140, segue apresentação realizada na reunião plenária ordinária do CONFEMA, de 28/3/2014, sobre ampliação de ecopontos na cidade de São Paulo. Em folhas 139 a 141 segue juntada a previsão orçamentária de desembolso para a meta de 2014. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 23 de maio de 2014. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então proposta aprovada por unanimidade, e assim encerramos a pauta do dia.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Algum Conselheiro gostaria de falar alguma coisa? Senão darei encerramento.

**Oradora não identificada:** Eu gostaria de fazer uma proposta de pauta para uma próxima reunião. Não necessariamente a próxima. Mas considerando que essa proposta do Rubens e da Bianca também, da gente fazer uma conversa sobre o orçamento de 2015, eu gostaria de ter uma apresentação sobre as perspectivas de receita. Considerando, inclusive, as receitas de TACs e uma explicação sobre os recursos que são carimbados, e os que não são carimbados, e como que isso funciona.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Eu faria uma sugestão mais fácil. Como o Rubens deu a ideia, vocês marcassem com o Rubens, e depois fizessem uma reunião, quando estivesse tudo pronto, trouxessem para cá, para votação, para uma plenária do FEMA.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Só porque assim... O orçamento, ele têm duas fases. A primeira fase, que possivelmente vai ser agora, nos próximos dias de junho, é uma previsão da arrecadação. Então a gente faz a perspectiva de arrecadação. E a segunda fase é: em cima dessa perspectiva de arrecadação, a gente estabelece quais são as prioridades da Secretaria, onde serão as despesas. Então, como as coisas andam par e passo. Tem primeiro a previsão e depois a previsão de despesa, talvez a gente possa apresentar isso tudo junto, já. Temos uma previsão de arrecadação de tanto, e a despesa seria feita dessa forma. Talvez seja o mais adequado. E aí a gente, em uma reunião só, a gente faz essas duas abordagens. Está ok? Respondeu o que você ia perguntar, ou...

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Bom, agradecer as técnicas da AMLURB. Mandem um abraço ao Silvano. Agradecer aos senhores Conselheiros e Conselheiras, diretores, e damos por encerrada a 90ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, 30 de maio de 2014, 12h29. Obrigado a todos.